



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PEDRO THIAGO GAMA CORDEIRO

**ENTRE A POSIÇÃO E A INTEGRAÇÃO:** Um recorte na história de  
formação da agenda de pesquisas do urbano amazônico em Belém-PA

BELÉM /PA

2025

PEDRO THIAGO GAMA CORDEIRO

**ENTRE A POSIÇÃO E A INTEGRAÇÃO:** Um recorte na história de formação da agenda de pesquisas do urbano amazônico em Belém-PA

Trabalho de curso, apresentado a Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Freire da Silva

BELÉM /PA

2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)**

---

- C794e Cordeiro, Pedro Thiago Gama.  
Entre a posição e a integração : um recorte na história de formação da agenda de pesquisas do urbano amazônico em Belém- PA / Pedro Thiago Gama Cordeiro. — 2025.  
52 f.
- Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Freire da Silva  
Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Ciências Sociais, Belém, 2025.
1. amazônia urbana. 2. NAEA. 3. formação. 4. interdisciplinaridade. I. Título.

---

CDD 300.9

PEDRO THIAGO GAMA CORDEIRO

**ENTRE A POSIÇÃO E A INTEGRAÇÃO:** Um recorte na história de formação da agenda de pesquisas do urbano amazônico em Belém-PA

Trabalho de curso, apresentado a Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Sociais.

**Data de Aprovação:** 05/11/2025

**Conceito:** EXCELENTE

**Banca Examinadora**

---

Dr. Carlos Freire da Silva  
Orientador – Presidente da Banca Examinadora  
FACS/UFPA

---

Dra. Nelissa Peralta Bezerra  
Examinadora Interna  
FACS/UFPA

A Dona Osmarina, onde descansa no lugar  
o qual o Senhor preparou para ela.

## AGRADECIMENTOS

Graças à Deus posso afirmar, com orgulho, que muitas são as pessoas que, de algum modo, possibilitaram que escrevesse esse trabalho; não somente nisso, mas que também somam em minha vida.

Em primeiríssimo lugar, claro, agradeço a Cristo Jesus por concluir essa etapa de formação. Nele, posso viver em sinceridade de coração, com dignidade, sem temer a ninguém e tendo a esperança em um futuro de paz. Sei quem sou, por isso creio...

Assim também, agradeço a minha família pelo amor verdadeiro que tenho e por ter semeado em mim um caráter aprovável, formando o homem que sou: a minha mãe, Helena, pela visão e empenho em lutar para que tivesse uma educação de qualidade e plena; ao meu pai, Fernando, pelo cuidado e esforço para que pudesse alçar voos altos. Aos meus irmãos, Raquel e Fernando, que pude receber afeto e bons exemplos de uma fé sincera. Faço também homenagem a minha avó materna, Osmarina (*In memoriam*), quem tive a honra de receber seu amor e carinho.

Sou muito feliz por ter nessa jornada universitária companhia de pessoas a quem chamo não somente de amigos, mas irmãos. Agradeço a minhas amigas de turma, Ana Clara e Gabriele, por estarem comigo para o que der e vier dessa vida; a elas dedico minha fidelidade e carinho. Assim como, agradeço a Talita Alexandra pela companhia fraterna, e por ter deixado a experiência do curso mais leve. Agradeço também ao Pedro Augusto por sua generosidade e pelos momentos divertidos, e ao Allan pelo auxílio nos momentos decisivos, sempre nos alegrando com seu grande carisma.

Dos outros irmãos de jornada, agradeço ao meu grande amigo João Pedro, a quem conheço a uma década, pelas piadas, sua reciprocidade e palavras de incentivo, a quem peço a Deus toda a felicidade dessa vida! Junto a ele, faço menção ao meu camarada, que o “Marituba UFPA” nos uniu, Cauã. Sou muito grato por todas as conversas que tivemos por tentar entender a loucura que é o Brasil.

Há também diversos amigos de curso que os quais admiro, e tenho felicidade em poder somar forças intelectuais. Certamente serão, se já não são, excelentes profissionais. Desses cito em agradecimento, Taulo Soares, professor talhado e erudito crítico quem divido as apostas do futuro da profissão, Lorena Souza, talentosa pesquisadora com quem debato as questões étnico-raciais, Alexssander Brandon de Lima, exímio antropólogo, que creio em breve se tornará referência na área de gênero e sexualidade na Amazônia, e Evelyn Neves, prodígio da Sociologia paraense, que sou fã e aposto que irá mais longe que imagina.

Como não posso deixar de reconhecer, agradeço fortemente por toda a equipe do Programa de Tutoria Discente (PROEG/UFPA), presente no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) – “Tutoria IFCH” –, onde atuei por mais de dois anos como tutor discente de Ciências Sociais. Levo comigo diversos aprendizados e momentos que marcaram minha trajetória para sempre. Em especial, agradeço aos colegas tutores, Marcelle Lima, José Expedito, Thalyta Miranda, Waleska Costa e Yasmin Braga. Sou muito grato a Mryla Ribeiro, parceira de trabalho na tutoria, pela leitura atenta ao texto e sugestões em como melhorá-lo.

Somando-se a eles, sou lisonjeado enquanto tutor por ter acompanhado meus colegas de curso em parte de suas trajetórias, dentre os quais estão Eduardo Lobão, Alex dos Santos e, em destaque, Laudiane Campos, testemunha direta desse processo de investigação científica; a eles desejo alegre êxito em suas formações universitárias, e que tenham um merecido sucesso profissional.

Também faço em gratidão menção aos meus irmãos em Cristo da família “Remanescentes UFPA”, os quais tive a alegria de estar junto à mesa, na comunhão com os filhos de Deus nesses anos de graduação. Para citar alguns, agradeço ao Henrique Filho, os irmãos Nairo e Luis Camilo, Paloma Pinheiro e a dupla Gabriel Vito e Davi Santiago, quem partilho a alegria do amor que excede todo o entendimento.

Sou muito honrado em fazer parte desde o começo do “GUAMÁ – Coletivo de Pesquisa da Amazônia Urbana”, em que vejo surgir aos poucos uma nova geração de pesquisadores dedicados ao urbano amazônico brasileiro (ou quem sabe pan-amazônico?). Tenho a felicidade de saudar meus colegas de coletivo que divido os mesmos interesses: Agnis Corrêa, Helenice Franco, Karina Pimenta e, sobretudo, Lucas Navegantes. Acredito nos potenciais de cada um, e que ainda os verei como referências.

Para finalizar, agradeço muitíssimo ao meu orientador, prof. Carlos Freire, por ter aceito essa missão tão complexa em ajudar-me a resumir uma riquíssima história em tão poucas linhas, e também por engajar nas minhas loucuras intelectuais. Em conjunto, agradeço a prof.<sup>a</sup> Nelissa Peralta pelas críticas e sugestões. Assim como, agradeço a prof.<sup>a</sup> Mariana Miccione, coordenadora da Tutoria IFCH, pelas conversas e seus conselhos sobre a carreira acadêmica. E não posso me esquecer de agradecer a prof.<sup>a</sup> Márcia Malcher, pelo apoio fraterno e oportunidades concedidas de mostrar meu trabalho enquanto tutor discente aos meus pares de graduação.

Ainda, para não passar batido, agradeço também a Rafaella Moraes, Iasmin Lobato, colegas de curso, e também a (futura) historiadora Marinara Leão.

A todos os quais não pude fazer menção, declaro: muito obrigado!

## RESUMO

Esse trabalho apresenta resultados preliminares de um projeto de longa duração sobre uma parcela do campo do planejamento urbano e regional: a agenda de pesquisas sobre o urbano, e suas temáticas, feitas na Amazônia brasileira. Seu recorte é a produção local paraense empreendida em ambiente de pós-graduação das ciências humanas na UFPA, que tiveram como objeto de análise problemas ligados à Região Metropolitana de Belém (RMB), e vinculados, sobretudo, ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Pelo esforço em compreender quais foram as condições institucionais que possibilitaram o estímulo de pesquisas do urbano amazônico no Pará entre os anos 1960 e 1970, propondo soluções originais, realizo uma tentativa de reconstrução histórica e da trajetória desse “corpo acadêmico”, destacando um emblemático acontecimento, pouco divulgado por seus principais colaboradores e descrito nos textos do seu repertório local: a cisão interna do NAEA, ocorrida em 1992. Parto de um diagnóstico, feito por pesquisadores locais, sobre uma tendência de fragmentação na agenda de pesquisa sobre o urbano na RMB em assuntos disciplinares, fazendo um questionamento das motivações que levaram a esse comportamento no ambiente de pós em humanidades da UFPA. Proponho, como alternativa, que essa fragmentação possa ser melhor explicada pelas correlações diretas à própria trajetória desse campo de atuação, observadas no enfraquecimento do “arranjo interdisciplinar” pela cisão docente no NAEA. Para isso, sigo duas linhas interpretativas do fato: a *celeuma institucional*, nomeado por Samuel Sá et. al. como “torre de marfim”, e as *desavenças interpessoais* descritas por Heraldo Maués, ambas sendo confirmadas por Edna Castro.

**Palavras-Chave:** amazônia urbana; NAEA; formação; interdisciplinaridade.

## ABSTRACT

This paper presents preliminary results from a long-term project on a specific area of urban and regional planning: the urban research agenda and its themes in the Brazilian Amazon. It focuses on local research conducted in the state of Pará in the humanities postgraduate program at UFPA, which analyzed problems related to the Belém Metropolitan Region (RMB) and linked, above all, to the Center for Advanced Amazonian Studies (NAEA). In an effort to understand the institutional conditions that enabled the stimulation of research on the Amazonian urban environment in Pará between the 1960s and 1970s, proposing original solutions, I attempt to reconstruct the history and trajectory of this “academic body,” highlighting an emblematic event, little publicized by its main collaborators and described in the texts of its local repertoire: the internal split of the NAEA, which occurred in 1992. I start from a diagnosis, made by local researchers, of a tendency toward fragmentation in the research agenda on urban issues in the RMB in disciplinary subjects, questioning the motivations that led to this behavior in the postgraduate environment in the humanities at UFPA. I propose, as an alternative, that this fragmentation can be better explained by direct correlations with the trajectory of this field of activity itself, observed in the weakening of the “interdisciplinary arrangement” due to the faculty split in NAEA. To this end, I follow two lines of interpretation of the fact: the *institutional uproar*, named by Samuel Sá et al. as the “ivory tower,” and the *interpersonal disagreements* described by Heraldo Maués, both of which are confirmed by Edna Castro.

**Keywords:** urban Amazon; NAEA; training; interdisciplinarity.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BASA – Banco da Amazônia S.A.  
BC-UFPA – Biblioteca Central da UFPA  
BNH – Banco Nacional de Habitação  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CDP – Companhia Docas do Pará  
CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
CNI – Confederação Nacional da Indústria  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CODEM – Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém  
COHAB/PA – Companhia de Habitação do Pará  
CONSEPE – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão  
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil  
CT&I – Ciências, Tecnologia e Inovação  
DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento  
DSTU – Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido  
FAU – Faculdade de Arquitetura  
FCP/Centur – Fundação Cultural do Estado do Pará/Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves  
FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FIPAM – Programa Internacional de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas  
FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais  
GPU – Grandes Projetos Urbanos  
GPA – Grandes Projetos na Amazônia  
ICSA – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas  
IDESP – Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará  
IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
MEC – Ministério da Educação  
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos  
NUMA – Núcleo de Meio Ambiente  
PDGB – Plano de Desenvolvimento da Grande Belém  
PLADES – Programa Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento  
PNPGs – Planos Nacionais de Pós-Graduação  
PPGEO/UFPA – Programa de Pós-Graduação em Geografia/ UFPA  
PPGCS/UFPA – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais /UFPA  
PRB – Programa de Recuperação das Baixadas de Belém  
PROMORAR – Programa de Habitação Popular de Interesse Social  
RIUFPA – Repositório Institucional da UFPA  
RMB – Região Metropolitana de Belém  
SEPEQ – Setor de Pesquisa do NAEA  
SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo  
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia  
UFPA – Universidade Federal do Pará  
USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

1.0 INTRODUÇÃO.....	12
2.0 CONTEXTUALIZANDO O DEBATE: FRAGMENTAÇÃO DA AGENDA DE PESQUISAS DO URBANO AMAZÔNICO BRASILEIRO.....	15
3.0 PEQUENA HISTÓRIA DE FORMAÇÃO DA AGENDA DE PESQUISA DO URBANO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM.....	20
3.1 A formação do campo local de pesquisas – “os pioneiros”.....	20
3.2 Nos anos dourados do NAEA: Auriléa Abelém como precursora dos estudos de “grandes projetos urbanos” na RMB.....	27
4.0 A “CISÃO” INTERNA DO NAEA COMO MARCO PARA A FRAGMENTAÇÃO DA AGENDA LOCAL SOBRE O URBANO AMAZÔNICO .....	34
4.1 Samuel Sá: descrevendo uma <i>celeuma</i> institucional.....	35
4.2 Heraldo Maués: lembrando as <i>desavenças</i> interpessoais.....	40
5.0 CONCLUSÃO: UM PRELIMINAR BALANÇO DE TRAJETÓRIA SOBRE A PRODUÇÃO LOCAL DO URBANO AMAZÔNICO NA UFPA.....	46
REFERÊNCIAS.....	49

.  
. .  
.

## 1.0 INTRODUÇÃO

Reconstruir uma trajetória de um campo acadêmico de pesquisa e atuação não é algo de aparência simples: para cada ênfase colocada em um acontecimento ou conjunto de trabalhos, outras são escanteadas, ofuscadas por uma perspectiva unitária e linear. O que quer-se dizer é que todo processo de descrição sistemática de uma rotina intelectual prática e coletiva de um corpo acadêmico, por meio de uma “narrativa” histórica, requer escolhas no que deve ser pontuado do escopo geral...

Escolhas essas que são submetidas à dura crítica dos intelectuais, avaliando se essas são coerentes ou não, interessantes ao ponto de contribuir para a reinterpretção de um percurso coletivo, projetando novos feixes de luz aos objetos<sup>1</sup>. Sabendo dessa imperfeição – no atestado da parcialidade em qualquer narrativa –, tranquiliza-me exercer esse trabalho investigativo com maior liberdade, tomando-o como uma tentativa, ao realizar uma espécie de “costura simbólica” quando criamos unidade à diversidade visível das ações de um campo acadêmico de atuação numa área específica, desde que ela seja honesta aos seus receptores dos métodos que teve parte e transparente com os seus limites.

Tendo a analogia da tentativa como procedimento, lanço um objetivo: trazer à memória uma história dada, localizada no interior da Amazônia brasileira em uma de suas metrópoles, Belém do Pará, fragmentada em pedaços de lembranças, pessoas e testemunhas materiais, tentando recuperar os sentidos do seu movimento e dos porquês das suas consequências.

Vamos retroceder no passado recente da capital paraense, no seio de sua universidade, a UFPA, e outras instituições ligadas a mesma, para recuperar e recontar a história da chamada agenda de pesquisa sobre o urbano amazônico, no contexto da Região Metropolitana de Belém (RMB) nas áreas das ciências humanas, estando contidas naquilo que chamamos de campo do planejamento urbano e regional, destacando como seus agentes empreenderam suas pesquisas nessa temática e quais foram seus resultados.

Além disso, também é relevante compreender a dinâmica interna de colaboração múltipla e competição entre as pesquisadoras e pesquisadores nesse campo de atuação, percebendo as suas proximidades e distâncias conforme posicionaram-se. Para isso, farei referência a alguns de seus produtos textuais – livros, monografias e dissertações – numa tipologia sob o formato de um pequena “história da formação” da agenda do urbano na RMB, usando como critérios na construção de narrativa tanto suas relevâncias aos debates desse

---

<sup>1</sup> POPPER, Karl. **Lógica das Ciências Sociais**. 3ª ed. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 14-34.

campo localizado quanto seus indícios de continuidade para o esforço interpretativo da urbanidade de Belém e sua área metropolitana, ainda que tenham sido escritos em momentos diferentes no tempo; focalizo seu recorte temporal o período que vai de 1965 até o final o começo dos anos 1990, vislumbrando os “anos dourados” das atividades do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA).

Como procedimento metodológico, seu alicerce está fixado na abordagem da *análise documental*, adequada à problemáticas que envolvam processos de reconstituição histórica de formações acadêmicas coletivas. Das fontes de pesquisa consultadas, por sua praticidade, recorri às bases bibliográficas e de documentos da UFPA disponíveis em meio digital, tais como o Repositório Institucional da UFPA (RIUFPA) e o Arquivo Digital da UFPA – projeto recente encabeçado pelo seu Arquivo Central. Além desses, recorri também ao Periódicos UFPA procurando nos acervos das revistas “Novos Cadernos NAEA”, “Papers do NAEA” e “Humanitas”.

Quanto às fontes indisponíveis nos buscadores online, realizei suas consultas presenciais na Biblioteca Central da UFPA (BC-UFPA), Biblioteca José Marcelino Monteiro da Costa (“Biblioteca do NAEA”) e Biblioteca Pública Arthur Vianna (FCP/Centur), em visitas durante os meses de fevereiro a outubro de 2025. Para algumas entrevistas com pessoas ligadas à trajetória da agenda de pesquisas do urbano na RMB, tomei por referência o projeto “Memória das Ciências Sociais no Brasil” do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (FGV), disponível no YouTube, com suas transcrições retiradas no site da entidade.

Outra questão de amarração dessa narrativa está no privilégio concedido à textos escritos em solo local, dentro dos programas de pós das humanidades da UFPA, como esforço valorativo em dar brilho aos seus conteúdos pesquisados, demonstrando suas potências ao contribuírem com soluções originais e criativas para os problemas sociais locais – bem diferente do que é imaginado nos discursos sobre como a ciência na Amazônia brasileira é produzida, esvaziado de qualidades e agências inovadoras.

Um ponto de destaque, entretanto, encontra-se na descrição dos bastidores de uma grave crise interna no NAEA, em 1992, que teve como resultado uma *cisão* na sua composição docente, com consequências para a transformação da dinâmica comunitária entre as unidades acadêmicas da universidade paraense.

Meu argumento é que esse evento de grandes proporções, de acordo com algumas de suas testemunhas (Maués, 2011 *apud* Moreira, 2018; Castro, 2015; Sá et. al., 1999), pode ser entendido como um motivador inicial que dá subsídios para a tendência de fragmentação na

agenda de pesquisas sobre o urbano amazônico na UFPA no futuro, diagnosticado por Ventura Neto et. al. (2014), como contrapartida.

Feitas todas as observações iniciais, começaremos nosso percurso, mas antes necessito, por motivos de ilustração aos leitores, fazer uma breve contextualização do debate local sobre a *fragmentação* disciplinar nas pesquisas sobre o urbano na RMB e quais são suas hipóteses.

## 2.0 CONTEXTUALIZANDO O DEBATE: FRAGMENTAÇÃO DA AGENDA DE PESQUISAS DO URBANO AMAZÔNICO BRASILEIRO

Em 2014, um grupo de pesquisadores da Faculdade de Arquitetura (FAU) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da UFPA publicam um artigo científico sobre uma análise das pesquisas do urbano na Amazônia brasileira no contexto de pós-graduação, a partir de uma revisão bibliográfica dos repositórios da UFPA<sup>2</sup>.

Concluem através dos resultados obtidos que, até aquele momento, a agenda das pesquisas sobre o urbano seguia uma tendência fragmentada do estudo de suas questões e problemas – disciplinar – em detrimento a uma tradição histórica estabelecida em caráter interdisciplinar (Ventura Neto et. al., 2014, p. 97-98).

Seus argumentos dividem-se em duas direções de trajetória temporal: uma externa, e outra interna. A externa se liga às observações dos objetivos das políticas de pós-graduação (ou melhor, de ciências, tecnologia e inovação – CT&I –) criadas pelo MEC desde o período da segunda ditadura militar brasileira. E a interna está centrada na história institucional e fases de desempenho dos programas de pós-graduação das humanidades da UFPA, em específico e central o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) (2014, p. 83-90).

É pelo contraste dessas duas trajetórias, e o que elas previram e fizeram, que os autores destacam a ação capitaneada pelo NAEA em realizar pesquisas de cunho interdisciplinar, na qual a grande área do “urbano” em ambiente amazônico esteve dentro dos interesses do núcleo, atraído olhares e trabalhos direcionados a seus temas entre uma variedade de áreas de conhecimento das ciências humanas.

Feitas por pessoas de distintas formações acadêmicas desse bojo, consolidou-se pelo surgimento dos programas de pós *stricto sensu* nos anos 80 do séc. XX onde teve seu auge, e estabilizando entre os anos 90 do séc. XX e primeira década do séc. XXI (2014, p. 92-95).

Segundo a posição dos autores, a iniciativa executada pelo NAEA – parte de um projeto (geopolítico) de desenvolvimento regional da Amazônia brasileira, e posterior da Pan-Amazônia –, antecedeu décadas antes o entendimento do tratamento do trópico úmido latino-americano enquanto fenômeno “complexo” e munido de uma *totalidade*, ao qual para entender sua realidade, seria necessário um esforço conjunto de pesquisa que ultrapassasse a barreira das disciplinas científicas. Algo que somente tornou-se melhor aceito pelas comunidades

---

<sup>2</sup> VENTURA NETO, R. da S.; CARDOSO, A. C. D.; FERNANDES, D. A.; VALE GOMES, T. do. Pesquisas sobre o urbano amazônico: diretrizes disciplinares X tradição interdisciplinar. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 11, n. 23, 2014.

universitárias entre o final do séc. XX, com o aprofundamento do problema global das mudanças climáticas.

Tal diretiva para agendas de pesquisa sobre a Amazônia brasileira só começa a ser introduzida nas políticas oficiais de pós-graduação na primeira década do séc. XXI, entretanto, como destacam, ainda privilegiando uma abordagem disciplinar – focada em pesquisas das ciências da natureza, como as de biodiversidade e biotecnologia (Ventura Neto et. al., 2014, p. 86-87; p. 88-90; p. 98).

Esse viés das políticas universitárias de estado, junto aos entendimentos sobre a Amazônia – algo repleto de “natureza” intocada e baixa demografia – desconsidera a centralidade da questão urbana nas regiões que a compõem, tanto a brasileira como dos outros países que compartilham de seu território, uma vez que, no Brasil, a esmagadora maioria da população que vive nela (com relação à “Amazônia Legal”), reside em áreas urbanas, ou seja, moram em cidades urbanizadas, com taxas superiores à média nacional. Fato esse, que não sendo levado em conta, impossibilita a plena compreensão dos problemas amazônicos e suas resoluções por “políticas de desenvolvimento regional” (2014, p. 98-99).

A princípio, esse destaque importante ao tratamento da questão urbana na Amazônia brasileira e sua aplicação prática aos moldes do planejamento urbano e regional era satisfeito pelos objetivos de pesquisa feitos pelos programas de pós-graduação do NAEA, como o FIPAM (Programa Internacional de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas,) e, mais tarde, PLADES (Programa Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). E, continuando no raciocínio dos pesquisadores (2014, p. 94-97), com o passar do tempo, pelo surgimento de outros programas de pós-graduação na UFPA das humanidades, ocorre um aumento no número de pesquisas sobre a temática na universidade paraense, dando um verdadeiro salto quantitativo.

Porém, esse aumento de pesquisas sobre o urbano não se refletiu em qualidade para a agenda das “urbanidades”, auxiliando na resolução de problemas amplos, por focar somente em campos específicos das disciplinas acadêmicas de origem, o que fragmentou a área de estudo entre os programas de pós. Assim, o que antes para o urbano amazônico tinha uma direção “inter”, com articulação conjunta entre acadêmicos de áreas distintas, acaba se tornado “disciplinado” a apenas questões específicas dessas mesmas áreas, servindo aos seus interesses.

Portanto, assuntos clássicos como habitação, trabalho e metrópole, foram apropriadas por outras áreas de saber, criando novos problemas, escopos de análise e marcos teóricos. Podemos observar em exemplo o que aconteceu com a Antropologia, que em seu campo “urbano” no Brasil transformou a questão urbana em pesquisa de campo de pequenas escalas,

articulando os marcadores sociais da diferença (gênero, raça, etnia e classe social) entre grupos urbanos aos problemas das cidades (Ventura Neto et. al., 2014, p. 94-95).

Essa linha de raciocínio através de suas argumentações toma como prerrogativa um entendimento implícito de uma espécie de “fuga vocacional” no procedimento de busca em compreender a Amazônia de forma integral. Parece que acontece um reforço como fato categórico, por meio da afirmação de terceiros, de que nos programas de pós-graduação da UFPA a temática urbana sempre tivera um caráter interdisciplinar, pois suas estruturas formais – ou seja, suas instituições –, eram *interdisciplinares*.

Desde a criação do NAEA até o surgimento de outros programas, de maneira intencional, seus arranjos foram organizados de tal maneira que a prática interdisciplinar refletia tanto em número de produções como em qualidade dos trabalhos escritos, manifestando assim sua natureza na prática cotidiana da pesquisa universitária.

E que isso, mais tarde, fora abandonada na medida que as pós-graduações posteriores tiveram enquanto modelos tanto as tendências internas de suas áreas de domínio como as diretrizes específicas que o estado brasileiro, por intermédio da CAPES, avaliam esses programas, reforçando uma separação dos assuntos que o urbano trata em conjunto.

Contudo, podemos identificar um problema ao longo do texto analisado, reflexo, na verdade, de uma recorrência dos agentes dessa agenda local, inclusive aos que fazem parte do atual quadro do NAEA: não há uma clara definição do que os acadêmicos paraenses entendem por *interdisciplinaridade*. Outro ponto está contido nos critérios utilizados para elencar uma prática (coletiva) de trabalho acadêmico como tal, pelos quais não temos delimitações precisas quando esses agentes citam esse conceito.

Por trás de uma omissão do conceito de interdisciplinaridade, está uma profícua e intensa discussão sobre os seus fundamentos em atividade desde 1970 por filósofos, dentro das áreas de filosofia da ciência e epistemologia. Não há consenso sobre a sua definição e aplicações gerais, concorrendo entre si, pelo menos, duas linhas teóricas, que as classifico como: *estrutural*, representada, sobretudo, por Jean Piaget e Erich Jantsch<sup>3</sup>, e *complexa*, representada por Edgar Morin e Basarab Nicolescu<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Sobre o modelo conceitual “estruturalista” de interdisciplinaridade, indico a leitura da clássica coletânea organizada pelo Centro de Pesquisa e Inovação do Ensino (CERI) e patrocinado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE): APOSTEL, L. et al. **L'interdisciplinarité: problèmes d'enseignement et de recherche dans les universités**. Paris: CERI/OCDE, 1972.

<sup>4</sup> Com relação ao modelo conceitual “complexo” de interdisciplinaridade, recomendo as leituras dos livros: MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2011; MORIN, E. **À religião dos saberes: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004; MORIN, E. **Ciência com consciência**.

No Brasil, o debate é introduzido ao público graças ao filósofo Hilton Japiassú, com a publicação de *Interdisciplinaridade e patologia do saber* (1976) e trabalhos posteriores, tendo ecos nas ciências humanas, como exemplo as pesquisas sobre a educação superior brasileira, feitas por Simon Schwartzman e Eunice Durhan entre os anos 1980 e 1990<sup>5</sup>. O ponto alto da interdisciplinaridade enquanto modelo de trabalho acadêmico e avaliação no Brasil está na criação do comitê de avaliação multidisciplinar da CAPES em 1999, em vigor até hoje.

No contexto paraense, e especificamente no NAEA, segundo fontes consultadas, esse termo aparece pela primeira vez em 1972, de maneira bastante incipiente, no manuscrito do projeto que deu forma ao programa FIPAM (UFPA, 1972b, p. 5). Porém, o seu debate conceitual somente amadurece no final dos anos 1970 com a pesquisa feita pelo filósofo Carlos Coimbra, que tem como resultado uma mesa organizada pelo núcleo em 1980 (Coimbra, 1980).

Entre alguns dos participantes, estiveram presentes o filósofo Benedito Nunes e o antropólogo Samuel Sá. Ambos ao longo do final do séc. XX dedicaram parte de suas reflexões escritas ao que seria o fenômeno interdisciplinar nas ciências, em especial Sá, que dedicou sua carreira na investigação do que chamou de “etnografia da interdisciplinariedade”, resultando desse projeto vários trabalhos (1999; 1992; 1987a; 1987b).

Um dos seus artigos é tomado como referência por Edna Castro et. al. (2010) ao tratar do assunto para o NAEA (Sá, 1987a), entretanto, o foco da discussão que apresenta o autor está menos centrado nas questões conceituais do que nas práticas afirmadas como tais e seus sentidos. Portanto, mesmo que no âmbito local seu debate tenha sido prolífico, seus produtos estiveram longe de propor “consensos”, sobre a interdisciplinaridade, estando o problema ainda em aberto.

Considerando também que essa influência naeana tivera impacto significativo nas carreiras dos docentes da UFPA e nos seus modos de pensamento, como essas ideias se refletiram tanto nos temas, quanto nas programações oficiais de aula e pesquisa desses programas? Será que foram manifestadas em todo seu potencial atrativo, agregando novas mentes, ou “neutralizadas” ao combinarem-se as novas variedades disciplinares?

O ponto com esses questionamentos na verdade torna-se outro: *relativizar* a própria leitura, ou discurso, de como os programas de pós-graduação em humanidades surgem na

---

Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996 e; NICOLESCU, B. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: Triom, 1999.

<sup>5</sup> Quanto aos trabalhos desses autores, recomendo a leitura desses dois: DURHAN, E. USP: 50 anos. In: DURHAN, E. R. **A Dinâmica da Cultura**: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004; SCHWARTZMAN, S. **A Redescoberta da Cultura**. São Paulo: Edusp, 1997.

UFPA, e sobre quais valores ou princípios foram e são justificados perante a academia brasileira.

E, levando em consideração de que a história do NAEA e suas ações são elementos fundamentais para se entender a performance das pesquisas dentro de uma agenda sobre o urbano na Amazônia brasileira, relativizar esse percurso, duvidando dos seus passos, é crucial para traçarmos um objetivo novo, que seja introduzido ao debate público sobre o “futuro da Amazônia” e afirme com convicção que suas cidades não serão meros cenários onde as “coisas” acontecem, mas agentes principais, aos quais farão eclodir as condições dos acontecimentos.

Sendo assim, busco fazer uma inserção para esse debate local da agenda de pesquisas do urbano amazônico através de uma perspectiva distinta, enunciada em uma pergunta: não seria lícito antes revisitar a história da formação desse campo de pesquisas desde sua origem, na cidade de Belém, contemplando suas manifestações, as trajetórias dos seus agentes intelectuais e os seus movimentos internos, comparando-os com as tendências acadêmicas externas a região Amazônica para, enfim, inferir que sua aspiração a *fragmentação disciplinar* é resultado das consequências atuais do sistema capitalista na modernidade (Costa, 1999 *apud* Ventura Neto et.al., 2014, p. 94)?

Como objetivo em avaliar essa produção local, nos parágrafos a seguir, conto uma pequena, mas riquíssima história, de como esse campo de pesquisas do Planejamento Urbano e Regional germina na capital do Pará, retomando alguns de seus trabalhos considerados clássicos do gênero, em justiça a memória de alguns acadêmicos infelizmente esquecidos, mas fundamentais para a consolidação da agenda na Região Metropolitana de Belém. Logo em seguida farei a análise do acontecimento que marcou uma mudança de paradigma de trabalho coletivo nas ciências humanas na UFPA – a *cisão interna* do NAEA.

### 3.0 PEQUENA HISTÓRIA DE FORMAÇÃO DA AGENDA DE PESQUISA DO URBANO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

#### 3.1 A formação do campo local de pesquisas – “os pioneiros”

Início a feitura deste roteiro histórico dando alguns passos atrás, voltando anos antes do próprio surgimento do “Projeto Amazônia”, que deu origem ao NAEA com seu I FIPAM, em 1973, nos altos do antigo CFCH (Centro de Filosofia e Ciências Humanas) na UFPA. Sendo preciso, vamos ao ano de 1965, onde nesse momento, nos primeiros meses pós deflagração do golpe militar do ano anterior, Belém passara por intensas transformações em sua estrutura social, refletindo-se para seu complexo urbano.

Como parte das políticas de desenvolvimento regional anteriores aos governos militares, graças a autarquias próprias para a Amazônia como a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), recriada como SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), e o Banco da Amazônia (BASA), a capital do estado do Pará, minguada a décadas de investimentos públicos em infraestrutura urbana pelo declínio da economia da borracha, ganhou um novo vigor através das políticas de estado para sua requalificação.

Aos moldes dos grandes centros urbanos nos países centrais, essas intervenções tinham como lema a modernização, pautada nas doutrinas econômicas do desenvolvimento e do planejamento, objetivando o crescimento econômico local e regional. Junto a estas questões, a geopolítica da região também se sobressaía, ao reconfigurar as relações de poder no espectro político e seus efeitos para a vida nacional, na proclamação de uma nova política de ocupação da Amazônia, para dar o fim ao isolamento do restante do país e seu “vazio demográfico”, como na época era entendido<sup>6</sup>.

Tanto as elites econômicas da capital quanto, sobretudo, as intelectuais, que constituíam o ambiente universitário paraense, já unificado através da UFPA, tinham altas expectativas sobre o futuro da cidade, e de que, com a intervenção modernizante do estado (recolocada a sua face autoritária), seu território poderia, finalmente, gozar de um progresso social calcado no bem-estar.

---

<sup>6</sup> Sobre a discussão da questão demográfica na Amazônia Brasileira à época, recomendo a leitura da tese de Danilo Fernandes: FERNANDES, Danilo Araújo. **A Questão regional e a formação do discurso desenvolvimentista na Amazônia**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2010. Junto a ela, para um exemplo em como esse argumento se operacionalizava no discurso regionalista, cf. Moreira (1960, p. 81-83).

No interior deste panorama de intenções e expectativas, um fato essencial nesse ano para a cidade estava nos preparativos para seu 350º aniversário de fundação de Belém, completada em 1966. Para comemorar o marco, alguns projetos de iniciativa institucional ou apoiados por órgãos da administração pública concentravam-se na realização de pesquisas sobre a capital paraense, tanto empíricas como teóricas, numa verdadeira radiografia de sua condição até então. Seus objetivos futuros estavam além do puro interesse científico, porém, na produção de novos dados ou evidências, seguras para suas aplicações nas políticas urbanas locais de desenvolvimento.

Essas pesquisas foram concentradas no domínio da Geografia, através de parcerias colaborativas entre os pesquisadores paulistas e paraenses, dos que lecionavam ou estavam ligados aos cursos de graduação da UFPA. É pela via da Geografia Urbana, que nos anos 1960 estava em consolidação no país, que as condições para o surgimento da agenda de pesquisa sobre o urbano na Amazônia brasileira foram semeadas, especialmente em Belém.

A experiência de pesquisa belenense, dentro do escopo geográfico, aconteceu por intermédio de um ousado projeto de grandes proporções sobre a cidade, formada por uma larga equipe de estudantes da graduação em geografia da UFPA e colaboradores, chefiadas pelo prof. Antônio Vizeu da Costa Lima, a serviço de um importante geógrafo paulista uspiano, vinculado à antiga FFCL e contemporâneo a, hoje alçadas, em grandes personas da geografia brasileira, como Aziz Ab'Saber e Milton Santos; estamos falando de Antônio Rocha Penteado.

Penteado era um pesquisador da USP com íntimas ligações com Belém, pois desde o final dos anos 1940, quando vem para a capital pela primeira vez, dedicou sua formação profissional como geógrafo a pesquisar sobre a cidade e a zona bragantina paraense, que culminou em sua tese de doutoramento em 1962 sobre o problema de colonização na região bragantina<sup>7</sup>.

Seu trabalho é um dos exemplos de um projeto institucional em formação de profissionais empreendidos pela USP, centrados na pesquisa empírica e de campo, aproximando-se do modelo praticado nos Estados Unidos. Como parte da formação em pós-graduação, cada estudante era enviado para diferentes regiões do país a fim de comparar as facetas que cada uma apresentava, as vezes acompanhados por um docente supervisor.

Enquanto, por exemplo, Ab'Saber deslocou-se em missão para Manaus e Santos para Salvador com ambos escrevendo trabalhos considerados “clássicos”, por se tornarem famosos,

---

<sup>7</sup> PENTEADO, Antônio Rocha. **Problemas de Colonização e de Uso da Terra na Região Bragantina do Estado do Pará**. Belém: UFPA, 1967. 2 v. (Coleção José Veríssimo)

as pesquisas de Penteadado em Belém não tiveram a mesma graça dos colegas, caindo no esquecimento nos anos posteriores. Ainda assim, suas iniciativas geraram bons relacionamentos entre os intelectuais locais que perduraram por muitos anos depois de seu doutorado.

Foi pelo fruto desse relacionamento que Antônio volta para a capital do Pará entre 1964 e 1965, para pesquisar sua urbanidade, a convite de um dos mais influentes intelectuais da Amazônia brasileira, (o polêmico) Arthur Cezar Ferreira Reis, com o apoio do então reitor da UFPA, José da Silveira, que deu carta branca às suas atividades com vistas à publicação em livro, na Coleção Amazônica, na série José Veríssimo, dirigida por Arthur.

Dessa tarefa havia também um interesse pessoal por parte de Penteadado: concorrer a uma cadeira de livre-docência em Geografia do Brasil na FFCL-USP, na qual essa grande pesquisa em Belém deu os subsídios para escrever sua tese de livre-docência, defendida em 1966 (Penteadado, 1968, p. 27-29).

Nesse empreendimento de grande equipe, Penteadado utilizou das diversas técnicas de coleta e análise de dados primários, de linha metodológica quantitativa, para formar seus mapas e gráficos, realizadas por seus parceiros locais, além de longa pesquisa documental acerca da história de Belém nos seus arquivos públicos e consulta aos dados secundários do repositório estatístico local. Munido de dados e interpretações inéditas dos acontecimentos da capital paraense, Antônio compôs o núcleo dos dois volumes de seu livro *Belém: estudo de geografia urbana*, publicada em livro pela UFPA em 1968 na coleção citada<sup>8</sup>.

Para além da produção nova de dados, seu livro é um firme testemunho de uma época em que a cidade passava por profundas mudanças de seu espaço urbano, do seu centro até a transição de suas baixadas, em exemplo, ainda bem distante dos padrões de planejamento urbano que mais tarde seriam aplicadas. Muito disso foi graças ao farto acervo pessoal do autor de fotografias que tirou ao longo de suas passagens pela cidade, colocadas como ilustrações de suas descrições – valorizadas ainda hoje pelos pesquisadores locais desse campo de atuação aqui analisado.

Em simultâneo esforço de pesquisa, uma outra pessoa, de maneira mais discreta e solitária, reflexos de sua personalidade contida e introvertida, também escrevia sobre Belém e sua urbanidade, mas utilizando-se de outra modalidade de trabalho, de método mais qualitativo e descritivo, a partir do empenho de pesquisa documental de sua história nos acervos públicos e fazendo suas interpretações de acordo com as teorias geográficas das tradições francesas.

---

<sup>8</sup> PENTEADO, A. R. **Belém**: estudo de geografia urbana. Belém: UFPA, 1968. 2. vol. (Coleção Amazônica José Veríssimo)

Autodidata e bacharel em direito por formação, tornou-se geógrafo pelo reconhecimento dos seus pares acadêmicos de seu notório saber nos conhecimentos ligados à essa ciência humana, tendo experiências anteriores do exercício desse ofício quando fora um servidor contratado do SPVEA, na mesma época em que Benedito Nunes, seu amigo pessoal, trabalhou nesse órgão público.

É nesse período que trabalhou no SPVEA que publicou alguns dos seus trabalhos mais conhecidos, ligados aos assuntos da região amazônica como *Amazônia: o conceito e a paisagem* (1960)<sup>9</sup>, pioneiro no tratamento do seu conceito, e depois o escrito de grande fôlego *Ideias para Uma Concepção Geográfica da Vida* (1961)<sup>10</sup>, onde desde este tempo passava a orientar seus interesses para as relações entre humanos e natureza mediada pela paisagem, produto da cultura; o seu nome? O erudito Eidorfe Moreira, figura intelectual do circuito paraense, caída também em esquecimento com os anos.

Tornando-se referência local nos estudos geográficos, por conta do 350º aniversário da cidade, Moreira aceita um convite da Câmara Municipal de Belém em escrever algo para a ocasião sob medida encomendada, com o apoio do prefeito, Alacid Nunes. Assim entre 1964 e 1965, produziu um ensaio relativamente curto, mas com densidade interpretativa e original sobre Belém, atentando não somente para as características físicas, ou naturais, porém destacando a sua importância no quadro regional amazônico, ao traço do seu processo histórico (Moreira, 1966, p. 7-8).

Finalmente, em 1966, seu ensaio é publicado pela imprensa universitária com o chavoso título *Belém e Sua Expressão Geográfica*<sup>11</sup>, no intervalo em que Penteadó defende sua tese de livre-docência em São Paulo. Conforme o próprio Eidorfe comenta no prefácio desse ensaio, além das pesquisas de cunho qualitativo e descritivo de fontes, outra parte do trabalho foi realizado com pesquisas de campo em áreas da cidade.

Pegando essa informação de Moreira, com o que antes foi citado acerca do processo da pesquisa de Penteadó, chegamos a uma questão central que liga direto os dois pesquisadores: ambos citaram sobre o mesmo fato em seus percursos, pois trabalharam juntos na mesma operação de pesquisa, juntos aos universitários da UFPA<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> MOREIRA, Eidorfe. **Amazônia: o conceito e a paisagem**. Rio de Janeiro: SPVEA (Serviço de Documentação). Coleção Araújo Lima, 3. 1960. 91p.

<sup>10</sup> MOREIRA, Eidorfe. **Ideias para uma concepção geográfica da vida**. 1. ed. Belém: H. Barra, 1961.

<sup>11</sup> MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa Universitária/UFPA, 1966.

Isto na verdade não é algo tão impressionante, pois o próprio Penteado faz referência a Moreira no prefácio de seu livro, agradecendo por sua colaboração em seu projeto; inclusive, em outras ocasiões, como em trabalhos posteriores sobre Belém, Antônio sempre fez questão de agradecer Eidorfe por sua colaboração fraterna em suas pesquisas.

O que é interessante de se destacar nessa relação entre ambos os acadêmicos está em duas questões: primeira é que os pormenores dessa relação de parceria intelectual entre esses geógrafos permanecem uma incógnita, onde não sabemos com precisão nem como se iniciou essa parceria, nem quais foram seus demais frutos além dessa pesquisa, e segunda que ambos os autores, ainda que tenham utilizados métodos diferentes e escritos em gêneros textuais diferentes, chegaram a uma mesma conclusão de raciocínio interpretativo sobre Belém.

O que caracterizava Belém para esses geógrafos ter um destaque de maneira dominante sobre a região amazônica, como potencial metrópole, era a sua *posição geográfica*. Através dessa posição geográfica privilegiada dentre outras ocupações humanas no território amazônico, como as que ficam na costa bragantina, tapajônica ou das beiras do caudaloso rio Amazonas, que Belém teve a garantia de centralidade no processo de consolidação da urbe amazônica moderna, seguindo a estrutura dos ciclos econômicos extrativistas, como foi o da borracha (Moreira, 1966, p. 21-25; p. 117-122; Penteado, 1968, p. 37-42; p. 425-440).

Seu estuário hidrográfico, de águas calmas, torna sua costa propícia para a navegação e dirigibilidade de embarcações, facilitando as atividades portuárias e comerciais. E sua proximidade continental para o oceano, de rota direta para a Europa (e mais tarde América do Norte), permitiu tanto o escoamento de produtos vindos das outras partes da floresta como possibilitou um interposto para os intensos fluxos migratórios internos e externos de pessoas, das diversas partes da Amazônia e dos outros continentes.

Enquanto Penteado destacou os potenciais urbanos de Belém como vetor do desenvolvimento regional, traçando diagnósticos da condição da cidade naquele período através dos dados de campo resumidos em tabelas e mapas, Moreira foi ainda mais enfático e confiante na afirmação da vocação urbana belenense, voltando-se para os sentidos de sua fundação na colonização portuguesa ultramarina para demonstrar seu argumento.

Para Eidorfe, a capital do Pará foi em verdade a principal base de operação militar português no extremo-norte, responsável tanto na defesa do território “conquistado” como em

---

<sup>12</sup> Moreira (1968, p. 7) no prefácio de seu livro faz menção a um “trabalho de campo” realizado para sua análise da capital paraense. Com relação a Penteado, além de agradecer nominalmente Eidorfe nas considerações iniciais da tese de livre-docência (1968, p. 29), usa-o como referência para as características climáticas de Belém, enquanto seu ensaio ainda não havia sido publicado (1968, p. 79).

ser a ponta de lança de expansão do reino, ao leste da colônia, e suporte para a ocupação permanente da floresta – projeção colonial comparada somente ao que aconteceu em Quito, no Equador (Moreira, 1966, p. 32-35).

É desde o berço da colonização europeia que Belém recebeu uma função política como a regente de todo o empreendimento colonial, sendo transformada nos séculos após em vocação “civilizadora”, colocada como um umbral, que tanto vigia e recebe quem aproxima-se do trópico úmido quanto media as entradas e saídas dos que habitam na Amazônia (Moreira, 1966, p. 39-44). Sua posição geográfica é *favorável* na medida em que para além da fisicalidade e do potencial econômico que tem, permite ser um nó, ou elo de ligação, de uma rede propícia para *trocas*, não somente de mercadorias, mas de *relações* entre pessoas (Penteado, 1968, p. 127-183; p. 425-440).

Cabe ainda um último comentário dos achados produzidos por Moreira e Penteado nesses textos, que têm relação aos diagnósticos que fizeram sobre Belém naquele momento. Um desses está na direção que a expansão urbana no território continental iria tomar, sendo categóricos, evidentemente, que só haveria espaço de ocupação tanto para o leste, seguindo a linha da antiga “Estrada de Ferro Belém-Bragança”, desativada para dar lugar a então rodovia Bernardo Sayão – a “Belém-Brasília” –, como para o norte da cidade, no contorno do “Ramal do Pinheiro”, onde hoje deu lugar a avenida Augusto Montenegro – principal via em direção ao distrito de Icoaraci (Moreira, 1966, p. 50-52; Penteado, 1968, p. 425-440).

Ambos os geógrafos apostavam que a tendência de expansão metropolitana priorizaria seu vetor na direção da Belém-Brasília, na qual seu município vizinho, Ananindeua, apresentava um processo de crescimento de sua área urbana ao longo da rodovia pelas migrações vindas das baixadas do centro da capital e dos interiores próximos; portanto, no desenho de planejamento urbano, os gestores públicos deveriam levar em consideração esse movimento interno na produção de novos espaços urbanos.

Porém, como a história da cidade nos demonstra, a previsão dos autores não se confirmou, por conta dos projetos de infraestrutura urbana do Estado na segunda ditadura militar, criados pelos órgãos municipais ou estaduais e comandadas pelas autarquias federais, escolherem como seu vetor de expansão a avenida Augusto Montenegro, em alinhamento aos interesses do mercado imobiliário local.

Este é o panorama que deu origem à futura agenda de pesquisas sobre as questões urbanas em Belém, conforme a geografia urbana brasileira consolidava-se como subárea de pensamento. Tamanha é a importância desses trabalhos publicados sobre Belém que logo em 1967, por intermédio da nova autarquia estadual, reorganizada como IDESP (Instituto do

Desenvolvimento Econômico-Social do Pará), Amílcar Tupiassu, servidor deste órgão, pública um estudo intitulado *A Área Metropolitana de Belém* como preparativo à criação das Regiões Metropolitanas pelo governo militar<sup>13</sup>, aplicando em sua monografia os dados e afirmativas declaradas por Penteadó e Moreira, avaliando sua viabilidade e como poderia ser executada.

Seus debates em torno da posição geográfica belenense não somente limitaram-se a esse exemplo como perduraram durante quase toda a década de 1970 no circuito intelectual da UFPA, dentro do planejamento urbano e regional. Concederam pela primeira vez uma orientação de pesquisa objetiva e clara, roteirizando trabalhos realizados depois, observando alguns de seus reflexos nas iniciativas do NAEA e seu programa de especialização, FIPAM, em monografias como *Rêde Urbana Amazônica (...)*, de 1973<sup>14</sup>, e *Belém e Sua Área de Influência*<sup>15</sup>, de 1974, os quais não poderão ser analisadas nessa história por questões de curto tempo disponível.

E, inclusive, junto às pesquisas feitas no NAEA, os textos de Penteadó e Moreira foram relevantes ao ponto de serem a base teórica usada para justificar a relevância da formulação de um plano específico para a, então, nova Região Metropolitana de Belém pelos técnicos municipais da CODEM (Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém), com os avais da SERFHAU<sup>16</sup>: o *Plano de Desenvolvimento da Grande Belém* (PDGB), de 1975<sup>17</sup>.

---

<sup>13</sup> TUPIASSÚ, Amílcar A. **A área metropolitana de Belém**. Belém: IDESP, 1968

<sup>14</sup> VALENZUELA SAMANIEGO, Alfredo Víctor; LINS NETO, João Tertuliano de A.; FERREIRA, José Freire da Silva; MOMBELLI, Savino. **Rede urbana amazônica**: subsídios para uma política de desenvolvimento regional e urbano. 1973. 145 f. Monografia (Especialização) – Programa Internacional de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1973.

<sup>15</sup> AMORIM, Conceição; CAL, Carmem Lúcia; BETANCOURT, Roberto; ROSÁRIO, Ubiratan. **Belém e sua área de influência**: atual, integrada e potencial. 1974. 69 f. Monografia (Especialização) – Programa Internacional de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1974.

<sup>16</sup> Sigla referente ao “Serviço Federal de Habitação e Urbanismo”. De acordo com Tiago Veloso (2020, p. 61), essa entidade, criada nos 1960 até sua extinção nos anos 1980, foi um dos braços do Estado brasileiro no período da segunda ditadura militar, responsável pelos assuntos de desenvolvimento urbano no país através da criação de planos, auxiliando na política nacional de habitação em parceria com o Banco Nacional de Habitação (BNH), extinto também no final dos anos 1980.

<sup>17</sup> CODEM (Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém); BNH (Banco Nacional de Habitação); DS (Desenvolvimento e Sistemas). **Plano de Desenvolvimento da Grande Belém - PDGB**. Belém: Codem/BNH/DS, 1975.

Portanto, esses livros publicados desses geógrafos tiveram muita influência nos dois campos de atuação que se propuseram a interagir – o acadêmico e o político -, e possibilitaram, como efeito as suas interpretações, possuindo o apoio das instituições locais, o nascimento de uma fecunda agenda de pesquisas na capital do Pará dos seus aspectos urbanos e das consequências para seu crescimento.

### 3.2 Nos anos dourados do NAEA: Auriléa Abelém como precursora dos estudos de “grandes projetos urbanos” na RMB

Prosseguiremos alguns anos depois dos eventos do 350º aniversário de Belém, na década de 1980. Tomando como referência o ano de 1982, trago a memória a dissertação da socióloga Auriléa Gomes Abelém, defendida no Programa Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) do NAEA na UFPA, publicada como livro em 1988 (e republicada em 2018 na sua segunda edição)<sup>18</sup>.

A sua dissertação de mestrado, com o marcante título *Urbanização e Remoção: porque e para quem?*, é um marco especial não somente da história do campo local do planejamento urbano e regional mas da própria produção acadêmica paraense, pois além de ter sido um dos primeiríssimos trabalhos a ser defendidos no PLADES, outorgando sua titulação como mestra, lançou as bases de um dos temas mais recorrentes nessa agenda de pesquisas do urbano na RMB, a qual podemos nomeá-lo como “grandes projetos urbanos” (GPU)<sup>19</sup>.

Essa categoria refere-se aquelas pesquisas que tomaram como objeto de análise as grandes intervenções promovidas pelo Estado na capital paraense entre a segunda metade do sec. XX em diante, a partir dos seus projetos de revitalização urbana como as de macrodrenagem e saneamento, transporte público e habitação, na qual alteraram profundamente o espaço urbano e sua territorialidade metropolitana.

Podemos afirmar que esse tema é, talvez, o único desse campo de atuação a produzir ininterruptamente trabalhos escritos desde o início das pós-graduações estritas nas diversas disciplinas que a compõe, sem longos intervalos de pausas. E isso possui um motivo simples: essa característica é uma reação direta às políticas públicas urbanas dos governos municipais e

---

<sup>18</sup> ABELÉM, Auriléa Gomes. **Urbanização e remoção: por que e para quem?** 1. ed. Belém: NAEA, 1988.

<sup>19</sup> Termo atual corrente, utilizada de maneira oficial, sobretudo, pelos acadêmicos locais da Geografia, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA (PPGEO/UFPA) e pesquisadores ligados ao Núcleo de Meio Ambiente (NUMA/UFPA), como os do grupo de pesquisa “Grandes Projetos na Amazônia (GPA)”, coordenado pelo prof. André Luís Farias.

estaduais, as quais desde os anos 1970 nunca pararam seus ritmos de desenho e execução, mantendo-os constante.

Em todas as décadas posteriores, houve pelo menos um grande projeto urbano ambicioso que as gestões elegeram como resultado de seus legados (promessas de campanha), e para responder a essa tendência, como esforço de compreender suas motivações e resultados, o campo local do planejamento urbano teve que adaptar seu ritmo de trabalho à sua altura para atendê-la.

Um outro detalhe, mais geral, que justifica esse fato também está na abertura concedida desse campo acadêmico aos planejadores públicos, servidores de carreira dos órgãos do executivo municipal e estadual, avaliarem com maior *parcimônia* essas políticas urbanas para a RMB, pois muitos dos que trabalham nesses grandes projetos foram discentes dos programas de pós do NAEA, por exemplo, usando dessa formação acadêmica para aplicar os conhecimentos adquiridos nos debates das salas de aula aos esquemas dessas obras.

Voltemos para o trabalho de Auriléa Abelém. O assunto de sua dissertação trata-se de uma parcela das execuções da primeira grande obra pública contemporânea em Belém: o chamado Programa de Recuperação das Baixadas de Belém (PRB).

O PRB foi uma política urbana na área de saneamento empreendida pelo Governo do Estado do Pará, em convênio com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o antigo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) entre 1973 e 1976, e, mais tarde, a partir de 1976 até meados dos anos 1980 com a Prefeitura de Belém, por meio da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), para mitigar um problema social histórico e recorrente da capital paraense – os efeitos dos alagamentos e cheias dos córregos dos rios nas baixadas, essas ocupadas por moradias precárias (Abelém, 2018, p. 51-57) .

As baixadas nada mais se referem a áreas topográficas de parte de Belém as quais correspondem ao nível de planície de inundação, alagadas permanente ou periódicas de acordo com épocas do ano, no chamado “inverno amazônico”, marcadas pelas chuvas densas com alta pluviosidade; correspondem a mais ou menos 40% da área urbana da capital, e continuam até hoje sendo a sua parte mais adensada<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Variadas são as definições do que seriam as áreas topográficas chamadas *baixadas* na capital paraense. Porém, em geral, os pesquisadores locais costumam tomar por referência duas descrições acerca de sua natureza: uma baseada em Rocha Penteado (1968, p. 62), e outra contida na Monografia das Baixadas de Belém (Convenho, 1976, p. 28). Para a definição acima, baseio-me na nota de rodapé feita por Saint-Clair Trindade Jr. para o prefácio da segunda edição do livro de Abelém (2018, p. 12).

O processo de suas ocupações começa a se intensificar desde o final do séc. XIX na metrópole paraense quando pela economia da borracha acontece uma grande explosão populacional de migrantes pobres, vindos dos interiores da Amazônia e do nordeste brasileiro, atraídos pelas oportunidades de trabalho e condições melhores de vida, todavia frustrados pela não inclusão ao mercado e posterior colapso desse ciclo econômico.

Sem acesso ao crédito, trabalhando na informalidade e não possuindo condições de comprar nem continuar alugando moradias nas áreas centrais da cidade, essas pessoas são compelidas a fixarem casas nas partes mais afastadas, na direção aos alagados, mas ainda de imediata proximidade ao centro mantendo-se dentro dos limites da “primeira légua patrimonial”<sup>21</sup>.

Contudo, é somente nos anos 1960 que percebemos uma verdadeira aceleração nas ocupações das baixadas, ganhando sua atual forma pelos efeitos das políticas de ocupação da Amazônia brasileira em Belém. Auriléa comenta essa virada de chave através do debate teórico da época no Brasil, e também valendo das contribuições de Moreira e Penteadó, ao categorizarem o sentido de ocupação da cidade.

Naquela altura, sua tendência de *continentalização*, para usar a expressão dita por Moreira (1966, p. 52), já era um fato, onde a linha da primeira légua dos tempos coloniais tinha sido ultrapassada pelos agentes sociais, ao converterem porções de terras em áreas rurais e do dito “cinturão institucional”<sup>22</sup> em novas zonas habitacionais – considerando inclusive as que foram “invadidas”, surgindo disso uma nova faceta na produção do espaço belenense.

Temos ainda outra questão relevante as ocupações das baixadas está nos procedimentos de construção das moradias pelas classes sociais populares. Abelém, usando como referência os resultados do primeiro estudo do PRB, publicada na conhecida Monografia das Baixadas de Belém (1976)<sup>23</sup>, descreveu suas categorizações em três maneiras: as *moradias* que se

---

<sup>21</sup> De acordo com Duarte Cardoso et. al. (2006, p. 148): “Em 1º de setembro de 1627, onze anos após a fundação da cidade de Belém, o Governo da Província do Maranhão e Grão-Pará, por meio da Carta de Doação e Sesmaria, doa ao Conselho da Câmara de Belém uma légua patrimonial, para que pudesse explorá-la economicamente, exercendo assim o jus domine; posteriormente, em 29 de março de 1628, o Conselho da Câmara toma posse do patrimônio, por meio do Auto de Posse da Légua Patrimonial da Câmara de Belém. Essa légua foi demarcada em 20 de agosto de 1703. Esse território corresponde hoje à porção dotada de melhor infra-estrutura e mais valorizada da RMB.”

<sup>22</sup> Segundo definição apresentada por Miranda (2023, p. 88): “O Cinturão Institucional corresponde atualmente à única grande porção de terra com extensa cobertura vegetal próxima ao centro de Belém. Sua forma não constitui mais um cinturão, e sim fragmentos de instituições entremeados por unidades habitacionais formais e informais, devido à concessão, à venda ou à ocupação informal de suas terras ao longo da formação espacial de Belém.”

<sup>23</sup> CONVÊNIO/SUDAM/DNOS/Governo do Estado do Pará. **Monografias das baixadas de Belém**; subsídios para um projeto de recuperação. 2. ed. rev. Belém: SUDAM, 1976. 2. v.

localizavam *entre becos e vielas* formando vilas nos espaços desocupados dos quarteirões afastados da orla; as *moradias em alvenaria*, que eram fixadas entre aterros improvisados das áreas alagadas, com materiais que variavam de restos de entulho até orgânicos como caroços de açaí e serragem e; *moradias em madeira* posicionadas direto nos solos das áreas alagadas por estruturas de fundação em estacas fincadas, conhecidas como palafitas (Abelém, 2018, p. 47-52).

Tal era o cenário de ocupação dessa porção de Belém pelas classes sociais mais empobrecidas, das formas apresentadas, ocorrendo de maneira desordenada ao planejamento urbano vigente e mais rápida do que as reações do estado em proporcionar infraestrutura e equipamentos públicos adequados a sua população.

E pensando as baixadas como um “problema” a ser resolvido por imediato nos vieses de uma teoria da modernização, o PRB saí das pranchetas dos órgãos de desenvolvimento para a prática como “solução”. Nisso entra em cena o recorte da pesquisa de Auriléa, ao ter acompanhado o piloto desse programa através da intervenção do Governo do Pará em um dos principais canais da maior bacia hidrográfica de Belém, Una: o igarapé São Joaquim.

Neste, as quase 800 famílias que moravam no seu entorno foram remanejadas para um outro ponto mais distante da cidade em expansão, dando origem aos conjuntos CDP e Providência, no atual bairro de Val-de-Cães. Seu interesse com esse programa não veio de uma simples captura do olhar desavisada, mas de um contexto bastante ligado à sua trajetória profissional, porque Auriléa anos antes trabalhou como consultora de projetos a serviço do IDESP, dessa experiência tendo contato com o PRB (2018, p. 20).

É por ter estado nessa posição de fronteira entre a planejadora e a cientista social que tomou como objetivo de pesquisa uma provocadora comparação para a época, ao analisar de maneira crítica o que chamou de “ideologia do planejamento urbano em um sistema capitalista” (Abelém, 2018, p. 20) através do PRB.

Para esse objetivo, fez um bom uso das teorias marxianas pela mesclagem da análise do papel do Estado aplicada ao planejamento, via Louis Althusser e Nicos Poulantzas, com a sociologia urbana francesa que ascendia como nova vertente “escolástica”, por Manuel Castells na sua fase em Nanterre, cujos textos circulavam nas turmas de pós do NAEA (Abelém, 2018, p. 30-43).

E falando do núcleo, cabe a pergunta “como Auriléa foi integrada nele?” Sua relação com o NAEA vem um pouco depois quando trabalhou no IDESP, ao entrar na primeira turma de mestrado do PLADES em 1977. Já no PLADES torna-se orientanda de um dos futuros maiores expoentes da antropologia paraense, que ascendia sua carreira aos poucos, ao recém

voltar de Brasília por concluir seu mestrado em antropologia na UnB, Raymundo Heraldo Maués.

Heraldo nesse interregno, a convite do seu amigo, o sociólogo Amílcar Tupiassu, passou a somar nos quadros dos docentes da pós-graduação do núcleo dando aulas em sua área de expertise, se ajuntando com outros dois antropólogos que também ministravam nessas turmas: Isidoro Alves, que Maués substituiu como orientador de Auriléa, e o outro sendo figura importantíssima para a própria história do NAEA, que falarei mais adiante (Maués, 2013, p. 5-8).

Tempo depois, a convite do prof. Carlos Coimbra, filósofo, aceitou o posto de ser o seu vice coordenador do PLADES, entretanto, por motivos de saúde Coimbra se afasta da direção do mestrado, com isso Heraldo assumindo seu posto em 1979. Ficou no cargo até meados de 1980, quando consegue nova licença da universidade para cursar seu doutorado no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, voltando as atividades do núcleo somente em 1985 (Maués, 2013, p.5-8). Ainda que sua primeira passagem tenha sido curta, podemos ver em parte sua influência no trabalho de Auriléa pelo enfoque qualitativo dada as suas análises através da proposta da observação-participante.

Abelém, inspirada tanto pelos procedimentos antropólogos quanto os sociológicos urbanos da escola francesa, empreendeu um intenso trabalho de campo nas áreas do igarapé São Joaquim e dos conjuntos CDP/Providência ao conseguir entrevistar 100 pessoas afetadas pela intervenção pública urbana – macrodrenagem –, pela aplicação de questionários (surveys) com margens para perguntas abertas (Abelém, 2018, p. 21-23).

Em conjunto dos dados socioeconômicos com as conversas informais que fez com alguns moradores, Abelém construiu seu processo comparativo dos planos oficiais do PRB pelo contraste dos relatos descritos, testemunhas dos fracassos práticos do seu projeto. Seu diferencial enquanto evidência empírica para seus argumentos esteve em potencializar ao máximo sua posição de ex-técnica de planejamento, ao ter contato direto com vários técnicos que trabalham no programa, entrevistando-os alguns deles, em um total de 10 entrevistas (Abelém, 2018, p. 21-23).

A partir da riqueza de detalhes concedidas pelos técnicos da CODEM junto aos exemplos cronológicos do andamento do programa, até sua total substituição por outra iniciativa do governo federal (PROMORAR), Auriléa demonstrou as múltiplas disputas de interesses envolvidas entre as frações de classe social nas burocracias estatais, assim como quais foram as estratégias de ação que os moradores remanejados tomaram para contornar os problemas que o PRB os legou.

Ao longo da caracterização dos seus “informantes” (termo que não mais usamos), Abelém revela-nos alguns achados interessantes dos dados quantitativos como os lugares de origem dos moradores, de grande maioria dos interiores do Pará, das microrregiões próximas a Belém, com alguns até de outros estados do país, demonstrando que eram contingente de migrantes (internos).

Muitos, na verdade, tinham uma vivência anterior em localidades urbanas, ou seja, moravam nas sedes ou áreas urbanas dos municípios natais, o que contradiz uma aplicação imediata de interpretação das relações rural-urbano que as teorias sobre a ocupação na Amazônia brasileira previam até então (2018, p. 87-91).

Migraram para capital por buscarem oportunidades de emprego e acesso aos equipamentos e serviços públicos como saúde e educação, mas conseguindo-os de maneira parcial recorreram às baixadas próximas da área central para se fixarem por sua localização, porém, afetados pelas volatilidades da especulação imobiliária local, são expulsos para as franjas mais distantes do centro (2018, p. 95-98).

Diferente das expectativas dos planejadores públicos das autarquias estaduais e federais, o que seria a “solução” definitiva para o problema das baixadas virou um completo fracasso enquanto intervenção urbana, ao comprometerem-se não com as necessidades dos moradores do São Joaquim, mas tanto com as metas, essas arbitrárias, de crescimento econômico ligada a urbanização da capital, impostas de forma autoritária, como as promessas do retorno de investimento em lucro para os financiadores do programa – órgãos de economia mista, vide a COHAB/PA (2018, p. 124-136) .

Mais do que um mero erro de desenho de política pública, o atestado do fracasso do PRB, de acordo com as descrições de Auriléa, veio das disputas internas entre as entidades ligadas ao convênio do programa formado, tendo exemplo nas desarticulações das competências e funções que cada equipe de trabalho desempenhou. Comandos descontraídos, falta de clareza das atribuições dos técnicos locais, e perda de autoridade das equipes do Governo do Pará, e, sobretudo, da CODEM pelo Governo Federal foram alguns dos acontecimentos que minaram a execução do programa (Abelém, 2018, p. 120-136).

Sua disputa interna de poder acabou por criar um pivô que, dentre outras coisas, incidiu em uma grave crise política entre a Prefeitura de Belém e o Governo do Pará, que culminou no afastamento do presidente da CODEM e do pedido de demissão do prefeito em 1980. Com a reestruturação das equipes na prefeitura, a CODEM se afasta em definitivo do PRB, passando sua responsabilidade para o Banco Nacional de Habitação (BNH) através do programa PROMORAR, sendo esse o seu substituto enquanto política pública (2018, p. 79-83).

Assim, o PRB do dia para noite sumiu por completo da agenda do Estado, como se não tivesse existido, deixando à míngua os remanejados do São Joaquim com suas novas casas provisórias ou definitivas precárias e incompletas, com o agravo dos que se endividaram pela compra de suas casas próprias pela COHAB. Sem condições de pagar as parcelas, venderam seus terrenos para pessoas de maior renda, amenizando seus prejuízos, e alguns com o pouco que conseguiram, arrendaram terrenos próximos de onde moravam, voltando para suas condições iniciais.

É com base nas consequências dessa experiência-piloto que Abelém conclui sua dissertação, perguntando “porquê e para quem renovar [a cidade]?” (2018, p. 138), e além disso, “porque e para quem planejar?” (2018, p. 138), tendendo a crer que dificilmente o planejamento dentro do modelo capitalista na periferia entraria em choque com os interesses das classes dominantes, mas sem que isso impedisse a articulação política da população em busca pelos direitos à moradia digna, longe da errônea visão dos técnicos de passividade.

Por esse longo destrinche, podemos contemplar o trabalho de Auriléa Abelém como um verdadeiro clássico escondido da temática do planejamento urbano, digno até mesmo de ser alçado aos textos conhecidos escritos entre os anos 1970 e 1980 como os de Lícia Valladares e Lúcio Kowarick, tendo ecos de suas mobilizações empíricas na agenda paraense sobre o urbano referenciados ainda nos dias atuais.

#### 4.0 A “CISÃO” INTERNA DO NAEA COMO MARCO PARA A FRAGMENTAÇÃO DA AGENDA LOCAL SOBRE O URBANO AMAZÔNICO

Chegamos, finalmente, a um ponto central na história da formação do campo de pesquisas do urbano na Região Metropolitana de Belém, fundamental para entendermos a tendência do comportamento disperso atual dos pesquisadores que trabalham nesse campo, mas que, no geral, poucos das gerações mais recentes conhecem.

Sua averiguação não é estranha, contudo, dada as más lembranças que esse evento acarreta nos docentes de velha guarda que dele participaram. Mas será que o silêncio tem por motivação os descuidos da memória falha, capturada pelas dinâmicas das demandas institucionais e ambições regionais que a UFPA projetou para si?

Afinal, o que ocorreu de tão ruim a esse grupo de pessoas que construíram em coletivo um campo local do planejamento urbano e regional ao ponto de quererem relegar seu esquecimento? Esse tal acontecimento trata-se do que nomeio como *cisão interna* do NAEA, provocando nada mais que o êxodo da grande maioria dos profissionais que nele trabalhavam, incluindo algumas das figuras de maior prestígio do núcleo, que estiveram presentes desde o começo de sua implantação.

Sintomática seja a sua referência tão superficial por parte dos agentes do próprio campo local de um fato tão emblemático, visto que sua importância é crítica para a transformação da própria dinâmica interna de trabalho coletivo a partir dela, mudando permanentemente o entendimento do projeto de futuro que tinham, tanto à nível das disciplinas acadêmicas quanto até mesmo em como contribuiriam para o desenvolvimento da Amazônia brasileira.

Sem modéstia: podemos dizer que essa cisão teve por consequência agudas fissuras para o arranjo interdisciplinar, responsáveis por acelerar no futuro seu desgaste, correlacionando-se como forte hipótese dos porquês da dispersão da agenda local de pesquisas do urbano na UFPA. Mesmo que suas menções detalhadas sejam genéricas e ambíguas, somadas à sua escassez de testemunho, dificultando essa tarefa narrativa, podemos traçar um pouco de sua reconstituição contextual através das pistas quentes deixadas por três das pessoas que estiveram presentes como parte do *cast* principal do NAEA.

Essas chegaram a ocupar os cargos burocráticos de maior importância do núcleo dos anos dourados: de maneira direta, os Antropólogos Heraldo Maués (quem já apresentei) e Samuel Sá e, indireta, a Socióloga Edna Castro, sendo Heraldo e Edna, respectivamente, coordenador e vice coordenadora do NAEA entre 1985 e 1989, e Samuel coordenador do PLADES no período entre 1988 até 1990. Das fontes onde baseio-me nessa recapitulação estão

três entrevistas, feitas entre os anos 2010 – 2011 e 2015 – e um artigo publicado no final dos anos 1990 – preciso no ano de 1999.

Através delas, como maneira de atenuar as ambiguidades sobre essa “rachadura”, dividirei o entendimento dos seus motivos em duas linhas de interpretação: uma que destaca a *celeuma institucional* apelidada como “torre de marfim”, descrita por Sá (e colaboradores), e outra que privilegia as *desavenças interpessoais*, comentada por Maués, com ambas confirmadas por Castro. Faço uma observação que essa divisão apenas é um recurso heurístico, que ajuda-nos a compreender o cenário em que esse acontecimento se deu, pois, na verdade, temos uma sobreposição dessas duas ações para o fato em simultâneo.

#### 4.1 Samuel Sá: descrevendo uma *celeuma institucional*

Começamos a descrição do racha pelo conflito da torre de marfim. Mas afinal, do que trata-se essa pejorativa expressão no âmbito do NAEA? Samuel Sá e colaboradores, em um artigo de 1999<sup>24</sup>, descrevendo os resultados de sua “etnografia da interdisciplinaridade”, usou as atividades do núcleo em exemplo do que poderíamos avaliar como experiência interdisciplinar aplicada às práticas acadêmicas do cotidiano.

Citaram esse termo como alusão a uma situação de descompasso institucional que enfrentou, dificultando sua capacidade gestora por vários anos – pela pouca disponibilidade integral de recursos humanos necessárias ao funcionamento dos cursos de pós-graduação e pesquisa. Nesse quesito, o fosso era bem mais profundo do que aparentam as menções, ligando-se à própria definição legal da competência do núcleo: órgão de integração.

Produto da reforma universitária do final dos anos 60, o NAEA, idealizada e chefiada sua comissão paritária pelo economista Armando Dias Mendes, teve sua fundação motivada por um dispositivo de inovação chamado “órgão de integração”. O objetivo dessa integração, vinculada diretamente à reitoria com alcance interno e externo, foi congregar representações tanto das unidades acadêmicas da UFPA quanto da sociedade civil, como esforço político em fomentar soluções aplicadas ao processo de desenvolvimento regional da Amazônia brasileira, e mais tarde de toda Pan-Amazônia, em regime de atividades de pós-graduação<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> SÁ, Samuel; FREITAS, Simone Negrão de; SILVA, Adenize de Lima; SILVA, Jorge Albério do E. Santo. Etnografia e interdisciplinaridade. **Humanitas**, Belém, v. 15, n. 1, p. 1-10, jan./jun. 1999

<sup>25</sup> Sobre a história de formação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, recomendo a leitura do livro de Sílvia Maria Bitar de Lima Moreira (2018), em particular a entrevista concedida por Armando Mendes a autora (Mendes, 2011 *apud* Moreira, 2018), e o artigo de Luis E. Aragón (2019).

Suas encarnações funcionavam através dos conselhos deliberativo, formado pelos diretores dos departamentos da universidade e coordenadores do núcleo, e consultivo, espaço de troca interinstitucional entre a UFPA, as autarquias públicas e os setores empresariais, como o Banco da Amazônia (BASA), a SUDAM, o antigo IDESP e a CNI. Por se tratar no projeto original de uma representação da “vontade” geral ou diversidade da comunidade acadêmica em prol do alcance amazônico em sua totalidade, não havia departamentos no NAEA, e muito menos seus professores estavam em sua dependência.

Pelo contrário, para ministrar suas atividades, dependia por completo da secção de docentes dos departamentos da UFPA com parte de sua carga horária alocada para as ações do núcleo, dos profissionais das autarquias federais de planejamento, cedidos para tais finalidades acadêmicas – aulas e pesquisa –, professores visitantes através da firma de convênios com instituições parceiras, ou ainda de profissionais contratados.

Sá et. al. chama nossa atenção para esse esquema, destacando que se os alunos entravam “diretamente” no NAEA, através das seleções, os docentes entravam “indiretamente”, por conta do dispositivo regimental afrouxado (Sá et. al., 1999, p. 5). A única exceção dessa inusitada organização estava quanto aos professores visitantes, os quais por regime de cooperação externa vinculavam-se ao núcleo sem intermediação.

Uma informação importante dessa situação, advinda de um ofício de julho de 1990 enviada para a reitoria da UFPA pelo então coordenador do NAEA Raul Navegantes, com anexo a uma proposta de solução da crise que se sucedeu após o agravamento do tratamento dos departamentos com o núcleo – que explicarei logo em seguida –, é a de que mais ou menos do começo das atividades do núcleo, em 1973, até meados de 1980, a maior parte dos docentes que trabalham no núcleo, tinham dedicação exclusiva, sem preocupação em prestar contas aos departamentos dos centros.

Entretanto, a partir de 1981, o esquema mudou por completo, a partir da obrigatoriedade dos docentes que somente atuavam nele (tirando aqueles os quais eram visitantes ou contratados) a vincularem-se aos departamentos que mais tinham afinidade científica (UFPA, 1990, p. 2). Com essa imposição, a situação do núcleo, a qual era limitante graças a interpretação da “integração”, se agrava, chegando no final da década nos extremos da sobrecarga de trabalho quase insuportável (1990, p. 2). As condições para a celeuma estavam constituídas.

E quais eram os argumentos de cada uma das partes envolvidas que sentiam-se lesadas perante seus esquemas de trabalho acadêmico? Do lado dos departamentos, suas queixas estavam concentradas no sentimento de “espoliação” que tinham de seus docentes, pois ao

cederem seus funcionários para o NAEA com generosa carga horária, ficavam quase que total dedicados às tarefas e ações do núcleo – presos a ele – sem a contrapartida de retorno deste a fazer parcerias com departamentos, liberando-os para ministrarem aulas na graduação, por exemplo (Sá et. al., 1999, p. 5; UFPA, 1990, p. 2).

Daí que a torre de marfim começa a fazer sentido desse ponto de vista, por botar em xeque o princípio da integração departamental ao se criar barreiras de burocracia que impediam o “retorno” dos professores às suas lotações de origem. Do outro lado da moeda, o NAEA, as reclamações estavam contidas na “encruzilhada” ingrata em que estava – como ensinar os discentes e fazer pesquisa sem um corpo fixo de professores?

Uma vez que os seus recursos humanos dependiam da benevolência da UFPA e a maior parcela de seu orçamento dos apoios das autarquias de planejamento, do governo federal ou das fundações privadas – apoio externo –, fechar o ano no positivo para as gestões era um verdadeiro desafio, atlético. Enquanto isso, conforme torna-se relevante no meio acadêmico nacional e era cada vez requisitado pelos órgãos de planejamento regional a treinar seus técnicos no melhor estado da arte do campo, a carga de trabalho crescia por curva exponencial (UFPA, 1990, p. 2; p. 6)

E para tensionar ainda mais o dilema, a generosa carga horária docente cedida pelos departamentos era, todavia, de apenas 20h semanais, sendo que essas tinham que ser divididas entre as aulas e orientações discentes acrescidas das atividades de gestão – coordenação e conselhos do núcleo –, cada uma exigindo um grande esforço por parte dos professores (1990, p. 2).

Alocar funções de grande porte, fazendo-as na medida do possível compatíveis a uma carga mínima, era digna de um exímio malabarista. A conta não batia... Era preciso complementar esse desequilíbrio com o esforço de vincular professores visitantes ou contratados aos seus quadros. A situação da relação entre os departamentos e o NAEA, que já não era das melhores, com negociações cada vez mais difíceis entre os anos 1980, atingiu o ponto crítico com a vinculação dos professores visitantes aos departamentos via concursos, de acordo com Sá et. al. (1999, p. 5).

A crise torna-se incontornável e insuportável, afetando o ritmo diário de docência e orientação. Se a partir dessa ocorrência, a casa pegou fogo, qual foi a solução para apagar seu incêndio? Criar para o NAEA um departamento! Assim, a proposta de que o núcleo tivesse seu departamento começou a sair do papel pelas idas do ano de 1990, quando Raul Navegantes era seu coordenador geral, e Samuel Sá o coordenador do PLADES.

Na gestão de Sá, avanços na organização do currículo de mestrado tinham sido feitos com o intuito de atualizar e reestimular as atividades nominadas interdisciplinares entre discentes e docentes, porém seu ajuste, para que fosse bem-sucedido, dependia do ajuste na burocracia interna (UFPA, 1990, p. 13). Essa ideia, contudo, vem de muito antes da deflagração da crise entre as unidades acadêmicas, de ninguém mais que Armando Mendes. Nessa época, mesmo aposentado das atividades docentes, continuava ativo na instituição ofertando importantes orientações e consultorias às gestões de coordenadores quando solicitado.

Seu primeiro esforço escrito de criar uma proposta de “departamento multidisciplinar” sob demanda para o NAEA data de 1984, conforme dita por Navegantes no ofício antes citado (1990, p. 2), mas que acabou perdida, sem o autor ter salvado uma cópia. A versão que guiou os debates internos e pareceres a matéria é que Mendes escreveu em 1987, entregue à disposição dos gestores do núcleo.

Voltando um pouco antes desse momento, é relevante destacar algumas ações realizadas na gestão coordenada por Heraldo e sua vice, Edna. Ambos, amigos de longa data, uniram forças para concorrer à eleição de coordenador do núcleo contra o incumbente da época, o prof. Manuel Pinto da Silva Júnior (o “Nelito”, a quem o próprio Heraldo anos depois na sua entrevista concedida enfatizou sua importância para a história do NAEA,) que concorria à reeleição na primeira eleição geral da entidade, em 1985.

Heraldo retorna do Rio de Janeiro, logo após concluir seu doutoramento, reassumindo suas funções acadêmicas na universidade, enquanto Edna, após voltar da França como doutora em 1982, desempenhava suas atividades como pesquisadora e professora no PLADES.

[...] Quando eu voltei para cá, como eu tinha essa ligação com o NAEA, logo depois ocorreu, em 85, a queda do regime militar, houve uma onda de eleições para escolher pessoas para ocupar cargos aqui na universidade, e ia haver uma eleição para coordenação do NAEA. O antigo coordenador se candidatou, mas havia um grupo de oposição, e esse grupo de oposição me escolheu para ser candidato. Isso certamente atrasou um pouco a minha tese, mas era necessário [...] (Maués, 2015, p. 36)

Com ambos ganhando a eleição, começam a encabeçar uma série de procedimentos normativos para garantir uma seguridade institucional das tarefas correntes do órgão perante as outras unidades da UFPA. Tendo o apoio necessário da reitoria, conseguem equiparar em hierarquia os coordenadores do NAEA aos diretores dos departamentos. Outro ponto dos seus feitos esteve no esforço coletivo de toda sua comunidade gestora a receber a avaliação do

PLADES pela CAPES em uma categoria mais aparentada à proposta interdisciplinar, recebendo a nota máxima pela área de “Ciências Sociais”<sup>26</sup>.

[...] Aí eu assumi a coordenação do NAEA, e foi nesse momento que nós conseguimos, com a colaboração de várias outras pessoas, que o curso do NAEA de mestrado se estruturasse muito bem e passasse a concorrer com outros mestrados no Brasil que tinham a mesma característica de interdisciplinaridade, de modo que nós fomos colocados na categoria de Ciências Sociais, e éramos julgados junto com os programas de Ciências Sociais.

[...] Nessa ocasião, o NAEA recebeu uma avaliação superior a todos os programas nessa categoria no Brasil. O que vinha em segundo lugar era aquele que se criou no Horto, que agora é um programa muito importante também, saiu do Horto, Pipsa. Então o NAEA teve nesse período essa possibilidade [...] Isso ocorreu mais ou menos nesse período, nos anos 80, mas principalmente a partir de 85. Com isso o NAEA se reestruturou, porque antes ele estava muito voltado para atender os estudos e os programas do estado ou da Sudam. Ele era menos um programa de pós-graduação e de pesquisa do que uma entidade que apoiava as ações do governo [...] Era uma coisa um pouco técnica. Quer dizer, a configuração em pós-graduação ela se deu mais ou menos nesse período. E vieram muitas pessoas que fizeram doutorado na França, fizeram doutorado em outros lugares, em outros lugares do Brasil e assim por diante. Então o NAEA se fortaleceu bastante [...] (Maués, 2015, p. 36-37)

Foi nessa gestão que também tivemos a atuação de Auriléa Abelém (ex-orientanda de Maués) como coordenadora do PLADES entre 1986 e 1988, desempenho importante papel de suporte, sucedida depois por Samuel Sá. Como visto, é na coordenação de Maués e Castro que vários progressos são feitos no sentido de garantir a plenitude do funcionamento do NAEA. Tudo estava se alinhando internamente entre a equipe de coordenação, porém seu principal gargalo, a alta volatilidade dos seus docentes, não foi resolvida – acabou sendo postergada até o começo dos anos 1990, quando o clima pesou contra o núcleo.

O crescimento das demandas do “órgão de integração” estava acelerando, mais do que as reações das gestões em mantê-la compatível com sua estrutura técnica; os departamentos fechavam suas portas para ele, suspeitando da legitimidade de sua modalidade de trabalho. E ainda os professores estavam insatisfeitos em ter que desdobrar em servir a “dois senhores” (UFPA, 1990, p. 2), enquanto a rotina de serviço do núcleo caminhava para a sobrecarga.

O que ocorreu após a organização do plano de reestruturação feita por Dias Mendes? Ele, com muito esforço, foi aprovado, depois de uma série de alterações nos dispositivos regimentais da UFPA. Uma atenção da sua indicação temporal está na dificuldade em precisar

---

<sup>26</sup> Cabe um melhor detalhamento dessa categoria da CAPES. Segundo Maués (2011 *apud* Moreira, 2018, p. 244-255), refere-se à classificação de uma área que inclui programas de pós-graduação que combinem duas ou mais ciências sociais (por exemplo, Sociologia e Antropologia). No contexto da UFPA, o NAEA foi reconhecido nela por vários anos, até ser incluído na área “Interdisciplinar”, avaliado pelo comitê multidisciplinar da CAPES, no século XXI. Com a transferência de área do NAEA, essa categoria passou a ser ocupada pelo antigo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PPGCS/UFPA, avaliada pela Sociologia.

qual é o ano correto de sua aprovação, por não ter tido acesso aos documentos que o homologaram, mas presumo que tenha sido entre 1991 e 1992. O conflito em torno da decisão foi generalizado, deixando um efeito político de polarização sentida tanto no NAEA quanto nos departamentos, até onde se sabe.

Uma vez instituída o departamento no núcleo, os docentes que atuavam nele poderiam escolher onde se vinculariam permanentemente. E como foi o seu resultado? Não sabemos ao certo quais foram as dimensões de sua consequência para todos os agentes envolvidos. Porém, o rápido testemunho de Edna Castro nos concede uma ideia do seu panorama geral, contribuindo a criação do NAEA:

[...] Eu permaneci na Sociologia e o NAEA foi criado e ele não tinha corpo docente próprio, assim como o NEPO lá na Unicamp. Os núcleos da Unicamp funcionam assim como funcionava o NAEA antes. Então, a cada ano, o diretor do NAEA tinha que pedir licença para aqueles professores. Tinha que atualizar a licença para manter o mesmo corpo docente. Então, por muitos anos eu fui cedida para o NAEA, uma parte da carga horária, não podia ser a carga horária total [...]

É, eu só dava aula. Vinha, dava aula, dava minhas disciplinas e dava aula na Sociologia. Eu fiquei muitos anos dando aula na Sociologia, metade da minha carga horária era para Sociologia e metade da carga horária era para cá, não é? Depois os departamentos começaram a não querer liberar a gente. Todo ano era muita tensão. Aí o NAEA, já na década de 90... Eu não participei, acho que estava no pós-doutorado, eles fizeram uma iniciativa de ousar, criar um departamento interdisciplinar que não existe na estrutura universitária da universidade [...]

[...] Depois de muita briga, muita briga, a universidade aprovou o departamento interdisciplinar. Quando ela aprovou, caberia a nós fazer a opção, queríamos ir para esse ou ficar no nosso. Alguns preferiram ficar nos do que já eram, eu fiz a opção de ficar no do NAEA, porque tinha que ter professores no departamento [...] (Castro, 2015, p. 26-28)

Se, então, o processo de criação, do “departamento interdisciplinar”, de acordo com Edna, fora conturbado – através de muitas brigas internas –, o que viria a seguir foi pior ainda, de fato, sendo o estopim para a concretização do racha do NAEA.

#### 4.2 **Heraldo Maués: relembando as *desavenças* interpessoais**

Agora, pois, que mais ou menos descrevi o sentido da torre de marfim, posso render o esforço interpretativo para as desavenças entre os professores que terminaram no fatídico esvaziamento do núcleo. E qual o conteúdo da desavença que deu na maior crise de sua história? Está ligada a duas pessoas as quais exerciam os cargos de gestores da coordenação do NAEA nesse ínterim – o já citado prof. Raul Navegantes e compadre, seu vice coordenador, o economista e pesquisador Jean Hébette.

Diferente da imprecisão quando o ano exato que o departamento próprio do NAEA foi instalado, sabemos quando esse caso aconteceu, datado em 1992, segundo as fontes consultadas aqui nessa narrativa. Farei menções de acordo com as descrições de Heraldo Maués, que foi quem nos concedeu as falas mais próximas do detalhe.

O que aconteceu? Em resumo, ambos os coordenadores do NAEA foram acusados de não estarem aptos para exercer seus cargos por conta de não possuírem título acadêmico de doutor, reclamando suas imediatas saídas dos postos, em substituição a outros colegas que tinham tal titulação. Em entrevista concedida no ano de 2011, Heraldo introduz de maneira breve esse motivo: “O período curto de coordenação foi o do professor Raul, que me sucedeu, porque ele não chegou a completar o período todo, devido a uma crise política de que falarei adiante [...]” (Maués, 2011 *apud* Moreira, 2018, p. 239).

E falando sobre Jean Hébette, conclui:

[...] Foi vice-coordenador do NAEA durante a gestão do professor Raul Navegantes, que acabou se afastando da coordenação em razão de conflitos relacionados com a alegação de que nem ele nem o professor Jean Hébette tinham doutorado formal. Houve então um período de transição, em que o professor Nazareno Noronha, mestre em administração, ocupou a coordenação do NAEA. (2011 *apud* Moreira, 2018, p. 246-247)

Mas porquê parte considerável do corpo docente naeano chegou a uma ação tão extrema contra essas figuras? E, afinal, quem eram essas pessoas? E quais suas importâncias para o núcleo? Vou rapidamente contextualizar essas questões, começando da última pergunta para trás.

Além da óbvia ligação com um cargo de gestão da entidade, ambos os professores foram muito importantes para a história do NAEA, porque nele estiveram presentes desde sua fase de consolidação. Inclusive, um deles era um dos pioneiros que ainda estavam na ativa naquele período, aproximando-se em reputação de colunas como Armando Mendes, José Marcelino Monteiro da Costa e Constantino Otero, por exemplo.

Apesar de Raul Navegantes não estar listado entre os atores mais emblemáticos que passaram pelo núcleo, contribuiu significativamente para seu corpo docente. Difícil é encontrar informações biográficas mais completas de sua carreira, contudo, do que encontrei em registro nos relatórios anuais do NAEA dos anos 1980, sabemos que era advogado de formação a nível de mestrado, docente do antigo departamento de ciências sócio-políticas do CFCH (Centro de Filosofia e Ciências Humanas).

Dedicou exclusivamente sua carga horária em pesquisa, fazendo parte do time do chamado “setor de pesquisa” do núcleo, de sigla SEPEQ, pelo menos, suponho, alguns anos.

Junto a esses dados, como Maués pontua, Navegantes também ajudou como suporte na sua gestão coordenadora (Maués, 2011 *apud* Moreira, 2018, p. 239).

Por outro lado, com Jean Hébette é certo que sua biografia é bem mais conhecida, graças ao seu trabalho exemplar de décadas sobre o campesinato na Amazônia brasileira, legando-lhe o reconhecimento (merecido) de ter sido dos maiores especialistas sobre o assunto (2011 *apud* Moreira, 2018, p. 246-247), pareado com Otávio Velho e José de Souza Martins.

De origem belga, era sacerdote católico com formação em teologia quando chega ao Brasil em missão, dirigindo-se para a região amazônica a fim do serviço junto aos camponeses. Buscando melhor entendimento da realidade dos que trabalhava em conjunto, graduou-se em economia pela UFPA e logo após obteve sua especialização em desenvolvimento de áreas amazônicas pelo FIPAM no NAEA, fazendo parte da sua primeira turma, em 1973.

Desde então, é incluído nos seus quadros como docente e pesquisador, demonstrando exímia capacidade analítica como pesquisador. Feito esse que possibilitou ser bolsista de produtividade 1B do CNPq – nível doutorado – por vários anos, mesmo possuindo apenas uma especialização, demonstrando como era “fora de curva” em questões acadêmicas (Maués, 2011 *apud* Moreira, 2018, p. 246).

Respeitado como doutor, assim como os outros figurões do NAEA que não tinham essa certificação, contribuiu em decisivo para sua identidade ao ter comandado o SEPEQ no começo dos anos 1980, não sendo impedido de orientar várias monografias e dissertações relevantes de estudantes até o início da década de 1990. Pelo menos não havia um questionamento de sua formação até assumir o posto da vice coordenadoria.

Os entendimentos começam a ficar desfavoráveis aos professores do núcleo que não possuíam doutorado na medida que as ambições institucionais ligadas a facções internas de sua comunidade são projetadas num passo acima: a criação do doutorado. Como disse Sá et. al. (1999, p. 5), para esse fim, havia uma dificuldade adicional à resolução do gargalo da volatilidade docente, que estava na garantia de possuir na sua composição somente docentes fixos doutores.

Essa radical opção de transição era defendida por gente considerável do corpo de professores, como o antropólogo parece ter insinuado. Todavia, isso desconsiderava a própria característica identitária do núcleo, pois abrigava vários docentes não-doutores, por não ter sido pensada para essa finalidade específica (Sá et. al., 1999, p. 5).

De acordo com esse impasse, abriu uma margem para escolha: valia a pena suspeitar o *status quo* em troca de um programa de doutorado, profissional e atualizado as tendências internacionais? Para uma parcela dos docentes que apostavam nesse projeto, era bastante

lícito... Esse foi o cerne principal da questão, mobilizando o conflito que rachou o NAEA em partições, elencando como alvos exemplares os docentes da própria coordenação.

Muito difícil é compreender quais eram reais as motivações ali estavam para jogo, dada as descrições soltas das testemunhas que referencio. Só que nada impede de pensar alguma linha de interpretação do seu porquê: talvez houvesse com todo esse movimento contestatório uma disputa geracional ou de visões de mundo opostas, nas quais uma, responsável por criar uma tradição no NAEA, buscava sua transição as novas demandas mais suave, conservando os parâmetros construídos, enquanto outra, na busca de novos posicionamentos, procurava ocupar relevância no espaço acadêmico local, fazendo com isso movimentos ousados, velozes o suficiente para alcançar as expectativas externas em inovação de pessoal qualificado.

Fato é que rápido formou-se uma divisão em torno da gestão de Navegantes e Hébette – a favor e contra suas renúncias... O que isso desencadeou de tão grave? Nisso não há mistério. A situação se fez com a vitória do time contra a coordenação, mas a um preço muito alto para o NAEA: a fuga da esmagadora maioria de seu corpo docente, que apoiavam ambos os professores.

Junto de Hébette e Navegantes, as figuras mentoras da velha guarda, cruciais na manutenção da unidade do núcleo, saíram pela porta da frente, nunca mais retornando de maneira oficial aos seus quadros coletivos. Sobre esse momento delicado, recorro mais uma vez a fala de Heraldo:

A partir daí o professor Francisco Costa assumiu a coordenação e foi em razão desse episódio que o nosso grupo de professores e pesquisadores do NAEA, ligado ao professor Jean Hébette e ao professor Raul, saiu do NAEA, nós só continuamos orientando as pessoas com que já estávamos trabalhando, até o término dessa orientação. (Maués, 2011 *apud* Moreira, 2018, p. 247)

Mas é somente com o relato da prof.<sup>a</sup> Edna que aproximamo-nos do baque imediato a renúncia dos coordenadores:

Eu estava na França, quando houve isso eu estava na França. Então, saíram muitos professores daqui, saíram uns vinte professores. Ficou um núcleo muito pequeno. Foi muito ruim para o NAEA, mas tudo bem. Nesse momento, nós perdemos o Heraldo, a Angélica [Maués] nunca foi do NAEA, perdemos o Jean Hébette, perdemos o Samuel Sá, o Lúcio Flávio Pinto que era professor-pesquisador aqui do NAEA também e uma série de outros. Quando eu cheguei em 94 tinha muitos professores visitantes que foram contratados para darem as aulas, porque não tinha professores para dar aula. Mas tinha, mais ou menos, uns quatro professores novos visitantes aqui. Alguns deles fizeram o concurso e ficaram, outros foram embora. Eu assumi a coordenação do doutorado [...] (Castro, 2015, p. 30)

As aspas do começo desse trecho impressionam, na afirmação da saída em mais ou menos 20 pessoas do NAEA de uma só vez, sobrando apenas os professores visitantes e aqueles que tinham escolhido, como Edna, vincularem-se ao seu departamento. Será a declaração da professora apenas uma hipérbole sobre a gravidade do acontecimento? Creio que não seja o caso, pois sua descrição converge para as falas dos professores Heraldo e Samuel; houve sinceridade em sua descrição.

Mesmo que o quantitativo exato de docentes que deixaram o NAEA seja incerto, não é algo para ser subestimado: essa cisão, ainda nos anos 1990, mudou em definitivo o arranjo local de trabalho no campo do planejamento urbano e regional, na qual seus ecos ainda podem ser capturados nos comportamentos dos atuais programas de pós-graduação nas ciências humanas da UFPA – a tendência de disciplinaridade interna.

Através dessa lembrança, destaco uma observação, a partir das pistas de algumas das pessoas mais influentes da história do NAEA, de que há fortes índices da sua “cisão interna” ter sido a principal variável responsável para o estímulo de criação em novos programas de pós-graduação ou ainda ter acelerado o processo de instalação dos que estavam em organização.

As circunstâncias que levaram a sua concretização, constrangeram os departamentos de humanidades na UFPA a amadurecerem mais rápido seus planos de criação dos programas *stricto sensu*, como alternativa ao órgão de integração anterior, que aprovou seu programa de doutorado entre 1992/93 – DSTU (Doutorado Sustentável do Trópico Úmido) na época – começando suas atividades em 1994.

Sá esboçou essa tendência criativa ao citar por alto que, dos novos grupos compostos da cisão, houve a formação de outro doutorado e três programas de “ciência aplicada”, sem dizer quais eram (Sá et. al., 1999, p. 7). Desses programas consequentes, o único que consegui chegar mais perto do rastreio foi o de doutorado: chamado “Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento nos Trópicos Úmidos”<sup>27</sup>, aprovado em 1993 e ofertado pelo CFCH, em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), não tendo em mãos o dado de quanto tempo permaneceu ativo. Nisso também, devo enfatizar o balanço transcrito por Maués, com relação aos programas de pós em Antropologia e depois Sociologia no CFCH:

Então, os cursos foram duplamente, digamos, sucessores do NAEA, filhos do NAEA. É porque eu e a Maria José Jackson éramos os coordenadores dos dois programas na época de Sociologia e Antropologia e nós tínhamos vindo para o NAEA como professores [...] Quando nós saímos do NAEA, nós discutimos a possibilidade de criar

---

<sup>27</sup> UFPA – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). **Resolução n. 2113, de 10 de Setembro de 1993.** Aprova o Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento nos Trópicos Úmidos. Belém: UFPA, 1993.

um programa no antigo Centro de Filosofia e Ciências Humanas que depois resultou no atual programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Então, é nesse sentido que eu digo que ele também, em grande parte, é filho do NAEA [...] (Maués, 2011 *apud* Moreira, 2018, p. 241).

Daí que o seu reconhecimento para com o NAEA vai dar origem a uma de suas metáforas mais emblemáticas, em que compara o núcleo a um exú – aquele que abre os caminhos para outros, ou o mensageiro dos deuses. Acredito que a sacada de Heraldo acerta o tom metafórico da representação do NAEA enquanto projeto universitário regional, mas o provoco numa única questão: a recepção de sua mensagem foi sempre agradável?

Ou não fora o caso de reclamarem do seu conteúdo em vários momentos, considerada incômoda até mesmo pelos seus embaixadores? Pois, do que acabamos de analisar, os frutos gerados a partir dos programas de pós-graduação naeanos obtiveram diversas qualidades, menos que suas criações obedeceram uma transição pacífica, privilegiado um estímulo de maior competição, ao invés de maior cooperação interna.

Finalizo então meu percurso interpretativo dessa história com uma pergunta em aberto, olhando para uma outra dimensão desses coletivos de trabalho científico: houve uma consequência dos intensos conflitos – institucionais e interpessoais – entre os que fizeram carreira nas intermediações do “órgão de integração” modelo também para seus entendimentos e estratégias da atividade interdisciplinar?

Não cabe à proposta deste texto lançar-me na procura de sua resposta. Entretanto, como porta de entrada, irei apenas deixar uma indicação de Samuel Sá, sobre a profundidade do debate dos processos do trabalho acadêmico e de sua implicação para a Amazônia brasileira (Sá et. al., 1999, p. 5):

Ao longo do tempo dois tipos de forças atuaram no sentido de criticar o processo. E perguntavam “Por que não há grupos interdisciplinares de pesquisa”? “Por que não há grupos interdisciplinares de ensino”? “Por que não há grupos interdisciplinares de orientação”? E, salvo exceções, na publicação de textos a co-autoria não era generalizada no [NAEA], mesmo que um estudo empírico mostrasse que co-autores apareciam na experiência desse grupo. Essas questões tiravam a interdisciplinaridade do *nível laissez faire, laissez passer, le monde s'en vá de lui même*; traziam-na para um centro de discussões e debates.

## 5.0 CONCLUSÃO: UM PRELIMINAR BALANÇO DE TRAJETÓRIA SOBRE A PRODUÇÃO LOCAL DO URBANO AMAZÔNICO NA UFPA

Então retornamos ao ponto principal do argumento, através das demonstrações feitas pela análise da trajetória da pós-graduação local e suas escolhas: a tendência de fragmentação na agenda de pesquisa do urbano amazônico na UFPA pode ser explicada por suas variáveis internas, extraídas do seu desempenho institucional e prático.

Para fazer um justo parecer, não deve-se afirmar que as variáveis elencadas por Ventura Neto et. al. (2014) sejam falsas, pois fazem sentido para a análise do campo acadêmico observado – inclusive a que diz sobre o constrangimento dos pós locais às diretrizes disciplinares da CAPES (demonstrável empiricamente). A discussão levantada em oposição está no contexto que se leva em consideração sobre o desenho explicativo para afirmar o comportamento atual do campo.

A questão regional, pautada no desenvolvimento e seu planejamento está presente nas premissas do argumento, mas não é reconhecida na sua conclusão, pela certeza que os pesquisadores tiveram em considerar o “*arranjo interdisciplinar*” como instituição estável, acreditando na palavra de figuras ligadas ao próprio NAEA ou que dela tiveram sua formação acadêmica, como o famoso artigo de Edna Castro e colaboradoras, de 2010, que escreveram sondando a produção do núcleo que trabalham<sup>28</sup>.

Essa postura incorreu em um erro de procedimento na qual a antropologia conhece como “*beber da boca do nativo*”: significa apenas que não se pode tomar como fato categórico tudo aquilo que as pessoas nos dizem por serem testemunhas ou atrizes influentes de uma série de acontecimentos que nos interessa como observadores-participantes.

Pelo contrário, devemos *relativizar* as ações sociais que nos aparecem, buscando seus sentidos através da comparação entre o que é dito ou descrito daquilo que é feito ou praticado, ou ainda reconstruir, ainda que parcialmente, as pistas físicas – nesse exemplo, os conteúdos textuais – que foram deixadas como testemunhas de um processo histórico, em uma atitude de criar evidências que nos aproxime dos fatos da realidade vivida socialmente.

Esse tipo de procedimento feito enquanto cientistas não pode ser tomado para os que estão somente “fora” da comunidade acadêmica, mas, inclusive, deve ser direcionada para os

---

<sup>28</sup> BASTOS, A. P. V.; CASTRO, E. M.R.; RAVENA, Nírvia. O NAEA e o pioneirismo de formação na pós-graduação interdisciplinar da Pan-Amazônia (Paper 260). **Papers do NAEA**, v.1, n. 1, 2010.

que são de “dentro” desse lugar – para os que são nossos “pares”<sup>29</sup>. É somente quando relativizamos nosso próprio ambiente acadêmico local – as pós-graduações de humanidades da UFPA – que percebemos com detalhe as contradições envolvidas na trajetória de um “campo de atuação” em pesquisa dado, e também as suas descontinuidades, indo além das continuidades aparentes<sup>30</sup>.

E dessa percepção cuidadosa da própria dinâmica interna, e de nossa atuação profissional, que podemos declarar mais convictos se as mudanças de comportamento de um campo acadêmico local foram causadas (ou influenciadas) por ações ou reações externas. Em resumo, devemos fazer o que Bourdieu nomeou como *reflexividade*: usar os mecanismos da Sociologia (melhor, das ciências sociais,) contra o próprio sociólogo<sup>31</sup>.

E para essa análise, ao exercer essa *reflexividade* à agenda de pesquisa do urbano amazônico na UFPA, é lícito afirmar que sua fragmentação em pesquisas disciplinares no ambiente de pós-graduação das humanidades é explicável menos pelas imposições externas das instituições da educação superior brasileira ou das reações às “mudanças culturais” de uma parte muito específica do norte global ocidental, que atingiram em cheio os paradigmas das disciplinas acadêmicas (Ventura Neto et. al., 2014, p. 94-95).

A fragmentação, na verdade, é uma consequência esperada de um processo institucional e prático *localizado e historicizado* que parte da trajetória de criação do NAEA, enquanto projeto político, até seu processo de declínio enquanto agregador departamental, através das escolhas pedagógicas e conceituais as quais prejudicaram a iniciativa experimental de trabalho coletivo, que levaram ao iminente enfraquecimento do *arranjo interdisciplinar* naeano.

Seu reforço à dispersão disciplinar em assuntos específicos já era legitimado desde o final do séc. XX na UFPA com o surgimento de outros programas de pós-graduação nas humanidades no atual IFCH (como os de Antropologia e, depois, Sociologia), produzindo dissertações, e posteriores teses, que endereçavam-se aos temas de interesse das áreas específicas.

E a explosão de diversos programas nessa grande área nos anos 2000 na universidade paraense, graças as políticas públicas de expansão do ensino superior e da reestruturação dos PNPGs pelo MEC, deu as condições formais, seguras, para finalmente garantir a plena

---

<sup>29</sup> MAGNANI, J. G. C.. De Pertto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, 17(49), 11–29.

<sup>30</sup> VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-46.

<sup>31</sup> BOURDIEU, Pierre. **Retorno a Reflexividade**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, p.12-16; 51-56.

autonomia dos cursos em tocarem suas atividades sem a preocupação necessária aos dilemas da questão regional na Amazônia brasileira.

Muito além do que a averiguação de um comportamento “disperso” do ritmo de trabalho de um campo de pesquisa local, o esforço em analisar a trajetória institucional das pós-graduações em humanidades na UFPA revela-nos algo mais profundo, o qual primeiro fratura e depois esfarela o “mito de criação” da interdisciplinaridade paraense, retirando de seus protagonistas e atuais acadêmicos em atividade suas ingenuidades, suas certezas sobre qual projeto de futuro desejam: o pensamento regionalista teve sua morte decretada a partir do momento que a UFPA transformou-se em nova universidade em 2006.

Seu “corpo” institucionalizado foi destruído em um longo e sutil processo histórico – primeiro, sua cabeça, o *desenvolvimento*, fora cortada dos repertórios dos seus acadêmicos, e depois o restante do corpo, a *pesquisa aplicada*, se desmembrou em partições nos diversos programas específicos. Constatando a sua ruína, perguntamos: *o que restou dela?* Nasce mais uma questão aberta a ser respondida para o futuro...

E vislumbrando um futuro, qual é a resposta que hoje a agenda de pesquisa do urbano amazônico tem a dizer, visto que estamos sob a emergência dramática do colapso climático? Se deseja ser relevante ao centro do debate nacional e internacional sobre o futuro das cidades, esse campo de pesquisa necessita, para ontem, orientar seu esforço coletivo de trabalho para esse paradigma global, repensando e criando novas formas para organizar seu trabalho coletivo, e de fato interdisciplinar, que consiga satisfatoriamente contribuir para uma vivência digna nas urbanidades amazônicas.

## REFERÊNCIAS

ABELÉM, Auriléa Gomes. **Urbanização e remoção: por que e para quem?** 2. ed. Belém: NAEA Editora, 2018.

\_\_\_\_\_. **Urbanização e remoção: por que e para quem?** 1. ed. Belém: NAEA, 1988.

ARAGÓN, L. E. V. NAEA 45 anos: uma utopia criadora. **Papers do NAEA**, v. 28, n. 1, p. 15, jan. -abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/7576>.

BASTOS, A. P. V.; CASTRO, E. M.R.; RAVENA, Nírvia. O NAEA e o pioneirismo de formação na pós-graduação interdisciplinar da Pan-Amazônia (Paper 260). **Papers do NAEA**, v.1, n. 1, 2010. <http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v19i1.11356>.

BOURDIEU, Pierre. **Retorno a reflexividade**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2024. 104 p.

CONVÊNIO/SUDAM/DNOS/Governo do Estado do Pará. **Monografias das baixadas de Belém**; subsídios para um projeto de recuperação. 2. ed. Belém: SUDAM, 1976.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte, et al. A estrutura socioespacial da região metropolitana de Belém: de 1990 a 2000. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 10, n. 1, p. 143-183, dez. 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/76/148>.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Edna Maria Ramos de Castro** (depoimento, 2015). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (2h 30min).

COIMBRA, Carlos. Interdisciplinariedade nas ciências humanas. **Seminários e Debates NAEA**, Belém, n. 6, p., 1980. 88p.

CORRÊA, Antônio José Lamarão. **O Espaço das ilusões**: planos compreensivos e planejamento urbano na região metropolitana de Belém. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Belém, 1989. 339f.

FERNANDES, Danilo Araújo. **A Questão regional e a formação do discurso desenvolvimentista na Amazônia**. Orientador: Francisco de Assis Costa. 312 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2010. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2993>.

MAGNANI, J. G. C.. De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, 17(49), 11–29. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>.

MOREIRA, Eidorfe. **Ideias para uma concepção geográfica da vida**. 2. ed. Maria Stella Faciola Pessoa Guimarães (org.). Belém: SEMEC, 2012.

\_\_\_\_\_. **Obras reunidas de Eidorfe Moreira.** Belém: Edições CEJUP, 1989a.

\_\_\_\_\_. Amazônia: o conceito e a paisagem. In: MOREIRA, Eidorfe. **Obras reunidas de Eidorfe Moreira.** vol. 1. Belém: Edições CEJUP, 1989b.

\_\_\_\_\_. Belém e sua expressão geográfica. In: MOREIRA, Eidorfe. **Obras reunidas de Eidorfe Moreira.** vol. 1. Belém: Edições CEJUP, 1989c.

\_\_\_\_\_. **Belém e sua expressão geográfica.** Belém: Imprensa Universitária/UFPA, 1966.

\_\_\_\_\_. **Amazônia: o conceito e a paisagem.** Rio de Janeiro: SPVEA (Serviço de Documentação). Coleção Araújo Lima, 3. 1960. 91p.

MATHIS, Armin; ALBUQUERQUE, Maria do Socorro; SILVA, Ruthane Saraiva da (orgs.). **Repertório bibliográfico da produção científica do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) – 1973-2022:** guia de fontes em Estudos Amazônicos. Belém: NAEA, 2023. 174 p.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Raymundo Heraldo Maués e Maria Angélica Maués** (depoimento, 2015). Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (2h 4min).

\_\_\_\_\_. O NAEA como Exu (um deus arquetípico): tributo a seus co-fundadores, Armando Dias Mendes e José Marcelino Monteiro da Costa. **Papers do NAEA,** Belém, n. 311, p. 1-10, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11306>.

\_\_\_\_\_. Apêndice D – Entrevista 2. Raymundo Heraldo Maués (2011). (1h50min). In: MOREIRA, Silvia Maria Bitar de Lima. **Ciência e educação superior na Amazônia:** trajetória e contribuição do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Belém: NAEA Editora, 2018, p. 238-253.

MIRANDA, Thales Barroso. **A ilusão da igualdade:** natureza, justiça ambiental e racismo em Belém. 1. ed. Belém: ANPUR, 2023. 225 p.

MOREIRA, Silvia Maria Bitar de Lima. **Ciência e educação superior na Amazônia:** trajetória e contribuição do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Belém: NAEA Editora, 2018. 257 p.

\_\_\_\_\_. **Ciência e educação superior na Amazônia:** trajetória e contribuição do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). 2011. 186f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

PENTEADO, A. R. **O sistema portuário de Belém.** Belém: UFPA, 1973. (Coleção Amazônica José Veríssimo).

\_\_\_\_\_. Condições Geo-econômicas da Amazônia Brasileira. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, Brasil, n. 6, p. 35–51, 1969. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i6p35-51. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rieb/article/view/56521>.

\_\_\_\_\_. **Belém**: estudo de geografia urbana. Belém: UFPA, 1968. 2. vol. (Coleção Amazônica José Veríssimo)

\_\_\_\_\_. **Problemas de Colonização e de Uso da Terra na Região Bragantina do Estado do Pará**. Belém: UFPA, 1967. 2 v. (Coleção Amazônica José Veríssimo)

SÁ, Samuel; FREITAS, Simone Negrão de; SILVA, Adenize de Lima; SILVA, Jorge Albérico do E. Santo. Etnografia e interdisciplinaridade. **Humanitas**, Belém, v. 15, n. 1, p. 1-10, jan./jun. 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/rhumanitas/article/view/14322/9995>.

SÁ, Samuel; FREITAS, Simone Negrão de; SILVA, Adenize de Lima; SILVA, Jorge Albérico do E. Santo. Co-autoria: embrião de interdisciplinaridade? **Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA**, Belém, n. 27, p. 1-11, 1992. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/rhumanitas/article/view/14259/9948>.

SÁ, Samuel. Interdisciplinaridade: sim e não a vasos comunicantes em educação pós-graduada. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 272-279, jul./set. 1987a. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/138>.

\_\_\_\_\_. Interdisciplinaridade e suas práticas em documentos de “Avaliação e Perspectivas” do CNPq 1987, 1982. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 280-296, jul./set. 1987b. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/144>.

\_\_\_\_\_. Para uma etnografia da interdisciplinariedade? In: COIMBRA, Carlos. **Interdisciplinariedade nas ciências humanas**. Seminários e Debates NAEA, Belém, n. 6, p., 1980.

SANTOS, Tiago Veloso dos. **Fronteiras de Papel**: os planos diretores da Belém Metropolitana. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020. 161 p.

SPAGGIARI, Enrico et. al.. Trabalho de Campo. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor et. al. **Etnografias Urbanas**: quando o campo é a cidade. Petrópolis: Vozes, 2023, p. 103-134.

TUPIASSU, Amílcar. **A área metropolitana de Belém**. Belém: IDESP, 1968

UFPA – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). **Resolução n. 2113, de 10 de Setembro de 1993**. Aprova o Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento nos Trópicos Úmidos. Belém: UFPA, 1993a. Disponível em: [https://sege.ufpa.br/boletim\\_interno/downloads/resolucoes/consepe/1993/2113%20Aprova%20curso%20de%20doutorado.pdf](https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/1993/2113%20Aprova%20curso%20de%20doutorado.pdf).

UFPA – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). **Resolução n. 2.112 de 10 de Setembro de 1993**. Aprova o Regulamento do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém: UFPA, 1993b. Disponível em:

[https://sege.ufpa.br/boletim\\_interno/downloads/resolucoes/consepe/1993/2112%20Aprova%20Regulamento%20de%20programa%20de%20pos-graduacao.pdf](https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/1993/2112%20Aprova%20Regulamento%20de%20programa%20de%20pos-graduacao.pdf).

UFPA – Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). **Ofício NAEA n. 118/90, de 13 de Julho de 1990**. Belém: UFPA, 1990.

UFPA – Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). **Relatório de 1986**. Belém: UFPA, 1987.

UFPA – Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). **Ofício NAEA n. 257/73, de 31 de Julho de 1973**. Relatório Sintético das Atividades do Primeiro Semestre de 1973 – Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM). Belém: UFPA, 1973.

UFPA – Universidade Federal do Pará. **Resolução n. 80, de 6 de março de 1972**. Aprova o Regimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém: UFPA, 1972a. Disponível em: [https://sege.ufpa.br/boletim\\_interno/downloads/resolucoes/consun/1972/80%20Aprova%20regimento.pdf](https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/1972/80%20Aprova%20regimento.pdf).

UFPA – Universidade Federal do Pará. **O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programação; Projeto de um Programa Internacional de Treinamento em Projetos de desenvolvimento de Áreas Amazônicas; Projeto Amazônia (PROAM), Centro de Informação Técnico-Científica da Amazônia (CITAM)**. Belém: UFPA, 1972b.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A Aventura Sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-46.

VENTURA NETO, R. da S.; CARDOSO, A. C. D.; FERNANDES, D. A.; VALE GOMES, T. do. Pesquisas sobre o urbano amazônico: diretrizes disciplinares X tradição interdisciplinar. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 11, n. 23, 2014. DOI: 10.21713/2358-2332.2014.v11.523. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/523>.